TRT 4

AMOSTRA

TRT RS



memoriza.aí

FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DO TRT 4ª REGIÃO!

Seja muito bem - vindo!

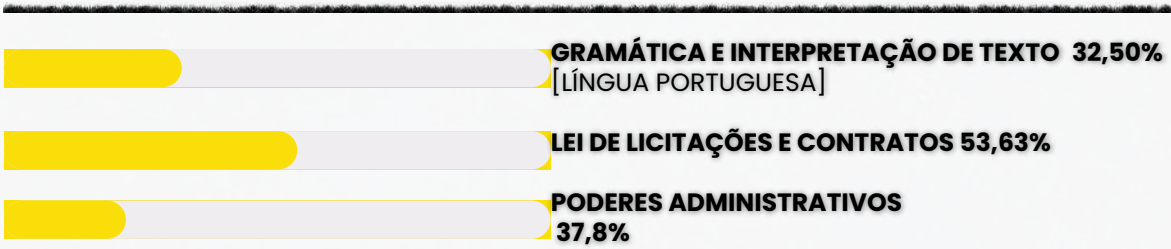
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

Ana Luiza 

Oiii! Boa tarde!

Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSERH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:

contato@memorizaai.com.br
ou
clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como

E NÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **4 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO
COMEÇAR A ESTUDAR PARA CONCURSOS PODE GERAR MUITAS DÚVIDAS, E UM BOM PLANEJAMENTO FAZ TODA A DIFERENÇA. NESTE MATERIAL, VOCÊ APRENDERÁ COMO ESCOLHER O CONCURSO IDEAL, ESTRUTURAR SUA ROTINA DE ESTUDOS, MONTAR UM CRONOGRAMA EFICIENTE E UTILIZAR AS PRINCIPAIS FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM. O OBJETIVO É MOSTRAR O CAMINHO COMPLETO PARA CONSTRUIR UMA PREPARAÇÃO ORGANIZADA, CONSISTENTE E MUITO MAIS PRODUTIVA.



BÔNUS 2: CADERNO DE ERROS DA RETA FINAL
NA RETA FINAL, ACERTAR MAIS DEPENDE, PRINCIPALMENTE, DE DEIXAR DE REPETIR OS MESMOS ERROS. NESTE MATERIAL, VOCÊ APRENDERÁ A MONTAR UM CADERNO DE ERROS REALMENTE EFICIENTE, REGISTRANDO SUAS DIFICULDADES, IDENTIFICANDO PADRÕES E REVISANDO EXATAMENTE OS PONTOS QUE MAIS PRECISAM DE ATENÇÃO. ASSIM, CADA ERRO DEIXA DE SER UM OBSTÁCULO E PASSA A ACELERAR SUA EVOLUÇÃO ATÉ O DIA DA PROVA.



BÔNUS: MANUAL DA RESOLUÇÃO DE QUESTÕES
RESOLVER CENTENAS DE QUESTÕES NÃO GARANTE EVOLUÇÃO QUANDO ISSO É FEITO SEM MÉTODO. NESTE MANUAL, VOCÊ APRENDERÁ UMA FORMA ESTRATÉGICA DE ANALISAR ENUNCIADOS, ELIMINAR ALTERNATIVAS, IDENTIFICAR PEGADINHAS E REVISAR SEUS ERROS DE MANEIRA INTELIGENTE. COM ESSE PROCESSO, CADA QUESTÃO RESOLVIDA PASSA A GERAR APRENDIZADO REAL E AUMENTA SUA EFICIÊNCIA DURANTE TODA A PREPARAÇÃO.



BÔNUS 4: CRONOGRAMA 30 DIAS
ESTE CRONOGRAMA OFERECE UMA ESTRUTURA CLARA E PRÁTICA PARA OS 30 DIAS QUE ANTECEDEM SUA PROVA, PERMITINDO UMA ABORDAGEM ORGANIZADA E EFICIENTE DO ESTUDO. AO DIVIDIR O CONTEÚDO EM PARTES MANEJÁVEIS E DISTRIBUIR AS ATIVIDADES AO LONGO DO PERÍODO, VOCÊ PODERÁ FOCAR EM CADA TÓPICO COM MAIS PROFUNDIDADE E EVITAR A SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

clique aqui para saber mais!

clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio lógico
- Noções de Legislação
- Noções de Direitos Humanos
- Noções de Informática
- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO JUDICIÁRIO (ÁREA ADMINISTRATIVA)**

- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio lógico
- Noções de Legislação
- Noções de Direitos Humanos
- Noções de Informática
- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO JUDICIÁRIO (ÁREA ADMINISTRATIVA – AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL)**

clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio lógico
- Noções de Legislação
- Noções de Direitos Humanos
- Noções de Informática
- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA (ÁREA JUDICIÁRIA)**

- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio lógico
- Noções de Legislação
- Noções de Direitos Humanos
- Noções de Informática
- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA (ÁREA JUDICIÁRIA – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL)**

CONHEÇA AGORA COMO É O MATERIAL QUE VAI TE AJUDAR NA SUA APROVAÇÃO!

clique aqui para conhecer o material completo

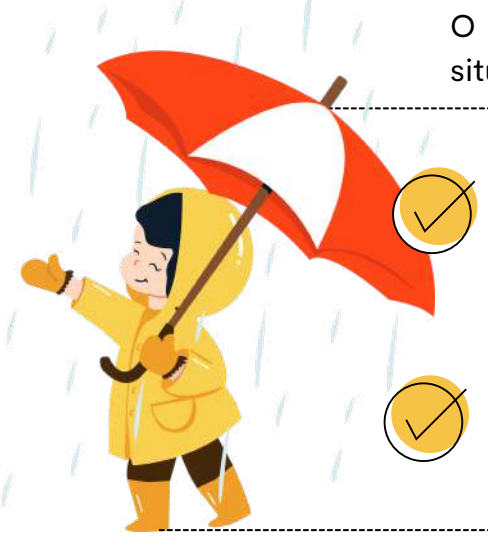
CONHECIMENTOS GERAIS (TODOS OS CARGOS)

memoriza.ai

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PLURAL DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS



O plural dos substantivos compostos é feito mediante duas situações. Uma delas se refere à forma como ele é escrito.

Se o substantivo composto for **escrito sem hífen**, o **plural** é feito tal como os **substantivos simples**, muitas vezes acrescentando o **"s" no final.**

- **Exemplos:** claraboia(s), ferrovia(s), passatempo(s).

A outra situação que deve ser observada é como o **substantivo que escrito com hífen é formado** (por **verbo + substantivo**, por palavras unidas por **preposição**, por **palavras repetidas**, entre outros).

Nesses casos, algumas **regras** devem ser **observadas**.

REGRAS DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS COM HÍFEN



SUBSTANTIVO + SUBSTANTIVO QUE ESPECIFICA O PRIMEIRO

Apenas o **primeiro elemento** passa para o **plural** ou os **dois elementos passam para o plural.** Exemplos:

- caneta-tinteiro (canetas-tinteiro ou canetas-tinteiros)
- salário-família (salários-família ou salários-famílias)
- banana-prata (bananas-prata ou bananas-pratas)



PALAVRAS UNIDAS POR PREPOSIÇÃO

Apenas o **primeiro elemento passa para o plural**. Exemplos:

- estrela-do-mar (estrelas-do-mar)
- mula-sem-cabeça (mulas-sem-cabeça)
- peroba-do-campo (perobas-do-campo)



VERBO OU ADVÉRBIO + SUBSTANTIVO OU ADJETIVO

Apenas o **segundo elemento passa para o plural**. Exemplos:

- abaixo-assinado (abaixo-assinados)
- beija-flor (beija-flores)
- sempre-viva (sempre-vivas)



PALAVRAS REPETIDAS OU ONOMATOPEIAS

Apenas o **segundo elemento passa para o plural.** Exemplos:

- pingue-pongue (pingue-pongues)
- teco-teco (teco-tecos)
- tique-taque (tique-taques)



PALAVRA VARIÁVEL + PALAVRA VARIÁVEL

Os **dois elementos passam para o plural.** Lembrando que são **palavras variáveis substantivos, verbos, adjetivos, pronomes, artigos e numerais**. Exemplos:

- cota-parte (cotas-partes)
- mão-boba (mãos-bobas)
- segunda-feira (segundas-feiras)

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

LOCUÇÕES ADJETIVAS

Locuções adjetivas e expressões preposicionadas **podem funcionar como adjetivos ou como complementos nominais**, dependendo do contexto.

Vamos **expandir um pouco mais** sobre esses conceitos:

LOCUÇÃO ADJETIVA

Locução adjetiva é a **união de duas ou mais palavras** que equivalem a um único **adjetivo**, por exemplo:

- amor de mãe (significa amor maternal)
- pagamento do mês (significa pagamento mensal)
- paixão sem freio (significa paixão desenfreada)

As locuções adjetivas são normalmente formadas por **preposição + substantivo** ou **preposição + advérbio.** A locução adjetiva nunca é formada por verbo, nesse caso corresponde a uma oração.

Exemplos de frases com **locuções adjetivas**

- O amor **de mãe** é o mais forte de todos. (maternal)
- Os trabalhadores receberam o pagamento **do mês**. (mensal)
- Janaína ganhou um anel **de ouro**. (dourado)
- Mariana estava com cólica **de abdômen**. (abdominal)
- O sapato era feito de couro **de boi**. (bovino)
- Deixou marcas **de dedos** no computador. (digitais)
- Pegou o bloco **de gelo** sem ajuda dos amigos. (glacial)
- Recebemos um tratamento **de gato**. (felino)
- Isabela tirou uma fotografia **de face**. (facial)
- O calendário **do ano** foi entregue. (anual)

COMPLEMENTO NOMINAL

Complemento nominal é a informação que completa o **sentido de um nome - substantivo, adjetivo ou advérbio** - contido na **oração**.

Exemplos de **complemento nominal**

- Frituras fazem mal **ao fígado.** ("ao fígado" completa o sentido do adjetivo "mal")
- Estamos ansiosos **com a sua chegada.** ("com a sua chegada" completa o sentido do adjetivo "ansiosos")
- Alguém tem notícias **dela**? ("dela" completa o sentido do substantivo "notícias")
- Fique perto de mim. ("de mim" completa o sentido do advérbio "perto")
- Música alta faz mal **aos ouvidos.** ("aos ouvidos" completa o sentido do advérbio "mal")
- Estavam radiantes **com as suas notas.** ("com as suas notas" completa o sentido do adjetivo "radiantes")

O **complemento nominal** pode ser representado por uma **oração subordinada substantiva completiva nominal:**

- Tenho esperança **de que eles compareçam.** ("de que eles compareçam" completa o sentido do substantivo "esperança")

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL IV



MESÓCLISE

A **mesóclise** acontece quando o **pronome oblíquo aparece no meio do verbo**, **entrecortando** a **palavra**. O **pronome liga-se ao verbo por meio do hífen**. A mesóclise pode ocorrer se **duas condições acontecerem:**

✓ **Não** houver **justificativa para uso de próclise** (ou seja, não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo); e

✓ O **verbo estiver conjugado no tempo futuro do modo indicativo** (seja futuro do presente, seja futuro do pretérito).

Observe:

Informar-lhe-***ei*** *assim que possível.*

Nesse caso, a forma verbal "**informarei**" está cortada ao meio pelo pronome "**lhe**", sendo um **exemplo de mesóclise**. Isso ocorreu pois **não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo e porque a conjugação está no tempo futuro do presente do modo indicativo.**

→ EXEMPLOS DE MESÓCLISE

- **Consultar**-lhe-**ei** sobre esse assunto amanhã.
- **Dir**-lhe-**iam** as novidades se fosse possível.
- **Revelar**-nos-**ia** os segredos se pudesse.

A mesóclise praticamente **não existe** na linguagem oral e na linguagem escrita informal.

PORTANTO, SE HOUVER FATORES QUE EXIGEM **TANTO A PRÓCLISE QUANTO A MESÓCLISE NA MESMA FRASE**, A **PRÓCLISE PREVALECERÁ.**

→ Mesóclise em locuções verbais

O pronome tende a aparecer entrecortando o primeiro verbo (verbo auxiliar).

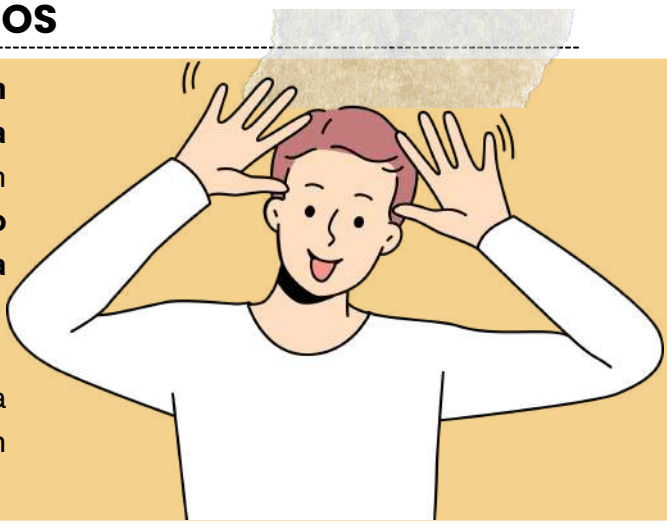
Verbo auxiliar + **pronome oblíquo** + verbo auxiliar + verbo principal

Ter-***nos***-*iam informado sobre o resultado muito tempo antes, mas não foi possível.*

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

HIPÔNIMOS



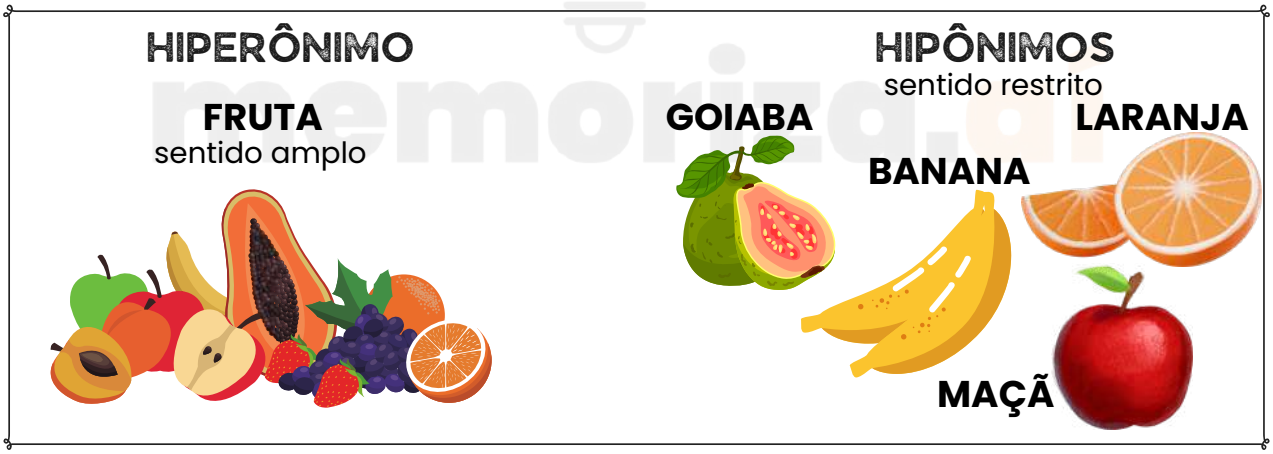
Hipônimos são **palavras que têm um relacionamento de inclusão ou hierarquia com outras palavras**. Isso significa que um hipônimo é **uma palavra cujo significado está contido no significado de outra palavra mais geral**, chamada de hiperônimo.

Em outras palavras, um hipônimo é uma subcategoria ou subconjunto de um hiperônimo.

alguns **exemplos**:

Hiperônimo: Animal - Hipônimos: Cachorro, Gato, Cavalo, Pássaro;

Neste exemplo, **"animal" é o hiperônimo** que abrange diversas categorias de animais, e **"cachorro", "gato", "cavalo" e "pássaro" são hipônimos** que representam subcategorias específicas de animais.



Os hipônimos são uma maneira de organizar e classificar palavras com base em seus relacionamentos semânticos e podem ser úteis para entender como as palavras estão relacionadas e como se encaixam em categorias mais amplas.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

CONTINGÊNCIA



Uma proposição contingente é uma **proposição composta na lógica proposicional que é verdadeira em algumas circunstâncias e falsa em outras**, ou seja, sua verdade ou falsidade **depende dos valores de verdade das proposições simples que a compõem.**

COMO FAÇO PARA RECONHECER UMA CONTIGÊNCIA?

Diferentemente de uma tautologia (sempre verdadeira) e de uma contradição (sempre falsa), uma proposição contingente não possui um valor de verdade fixo para todas as combinações possíveis de valores de verdade de suas proposições simples.

UM EXEMPLO SIMPLES DE PROPOSIÇÃO CONTINGENTE É A SEGUINTE:

"Está chovendo."

Essa proposição é contingente porque **pode ser verdadeira em alguns momentos (quando está realmente chovendo) e falsa em outros momentos (quando não está chovendo)**. A verdade ou falsidade da proposição depende da situação real.

vamos criar uma tabela verdade?

Por exemplo, considere a proposição composta **"P = (A ∧ B)", onde ∧ representa a conjunção (E):**

A	B	A ∧ B
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

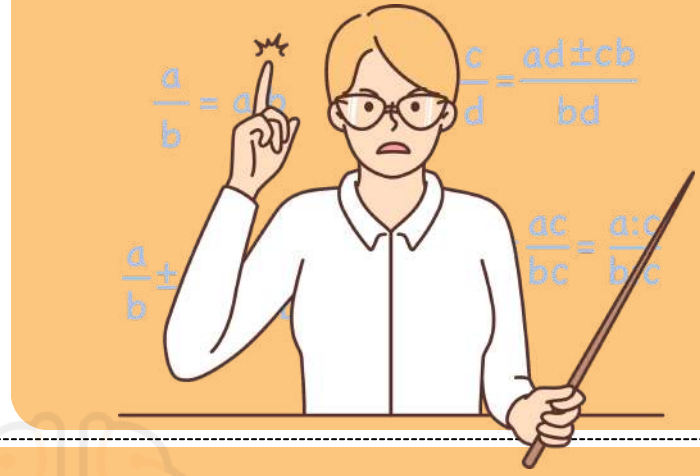
Neste caso, a proposição composta "A ∧ B" é contingente, pois é verdadeira em algumas combinações de valores de verdade (primeira linha) e falsa em outras (três últimas linhas).

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

MATEMÁTICA BÁSICA IV

REGRA DE TRÊS COMPOSTA INVERSA



Na regra de três composta inversa, **algumas grandezas são diretamente proporcionais, enquanto outras são inversamente proporcionais**. Isso significa que, **à medida que uma aumenta, a outra diminui**, e vice-versa.

Julgue o item que se segue, relativo a proporcionalidade, porcentagem e juros.

Considere que uma creche com 250 crianças tenha um estoque de alimentos suficiente para fornecer 4 refeições por dia para cada criança durante 18 dias. Nesse caso, se o número de crianças aumentar para 300 e a quantidade de refeições for reduzida para 3 por dia, então o mesmo estoque de alimentos durará 20 dias.

Gabarito: Certo

COMO FAZEMOS ESSE CÁLCULO?

1 Passo 1 — Calcular o consumo total do estoque original

Temos:

- 250 crianças
- 4 refeições por dia
- 18 dias

O consumo total (em "**refeições**") será: 250 x 4 x 18

Vamos calcular:

1. 250 × 4 = 1.000
2. 1.000 × 18 = 18.000

- O estoque disponível é equivalente a 18.000 refeições.

2 Passo 2 — Verificar quantos dias duraria para 300 crianças consumindo 3 refeições/dia

Nova situação:

- 300 crianças
- 3 refeições por dia
- duração = x dias

O consumo diário será: 300×3=900 refeições por dia

Agora usamos o estoque total: $\frac{18.000}{900} = 20$

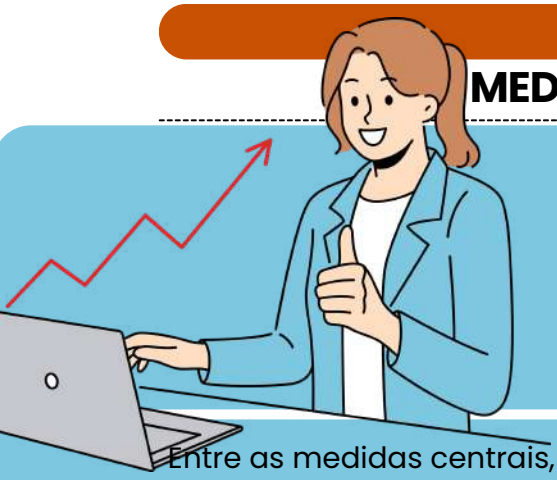
- O estoque duraria **20 dias.**

memoriza.aí

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL



MÉDIA PONDERADA

o que é isso?

Entre as medidas centrais, a mais utilizada é a média. Existem vários tipos de média, mas as mais comuns são a **média aritmética simples** e a **média aritmética ponderada**.

Na média aritmética ponderada, são atribuídos **pesos para cada um dos valores**. Quanto **maior for o peso**, maior será a **influência daquele determinado dado** no valor da média aritmética ponderada.

Para calcular a média aritmética ponderada, utilizamos a fórmula:

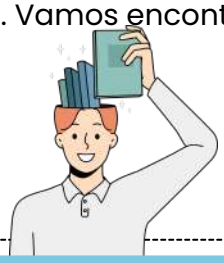
$$\overline{x} = \frac{p_1 \cdot x_1 + p_2 \cdot x_2 + p_3 \cdot x_3 + \ldots + p_n \cdot x_n}{p_1 + p_2 + p_3 + \ldots + p_n}$$

- $p_1, p_2, p_3, \ldots p_n$ ⟶ Pesos
- $x_1, x_2, x_3, \ldots x_n$ ⟶ Valores do conjunto

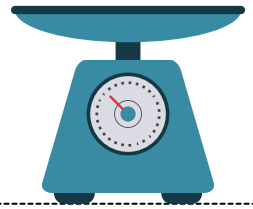
Para calcular a média ponderada, calculamos o **produto de cada valor por seu respectivo peso** e, depois, calculamos a soma entre esses produtos e dividimos pela soma dos pesos.

EXEMPLO NA PRÁTICA:

Durante uma seleção de professores, a prova era dividida em algumas etapas, e cada uma delas tinha um peso. O candidato vencedor seria o que alcançasse maior nota. Vamos encontrar, então, o candidato que possui maior média.



Prova de língua estrangeira → **peso 1**
Prova prática → **peso 2**
Prova específica da área → **peso 3**
Análise de currículo → **peso 4**



OS CANDIDATOS ARMANDO E BELCHIOR TIVERAM AS SEGUINTES NOTAS:

CRITÉRIOS	AMANDO	BELCHIOR
LÍNGUA ESTRANGEIRA	10	6
PROVA PRÁTICA	9	7
PROVA ESPECÍFICA	8	8
ANÁLISE DE CURRÍCULO	7	10

Então, calcularemos as médias:

$$\overline{x_A} = \frac{1 \cdot 10 + 2 \cdot 9 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 7}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\overline{x_A} = \frac{10 + 18 + 24 + 28}{10}$$

$$\overline{x_A} = \frac{80}{10}$$

$$\overline{x_A} = 8,0$$

$$\overline{x_B} = \frac{1 \cdot 6 + 2 \cdot 7 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 10}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\overline{x_B} = \frac{6 + 14 + 24 + 40}{10}$$

$$\overline{x_B} = \frac{84}{10}$$

$$\overline{x_B} = 8,4$$

O CANDIDATO QUE POSSUI **MAIOR MÉDIA** É O BELCHIOR, LOGO ELE SERÁ CONTRATADO.

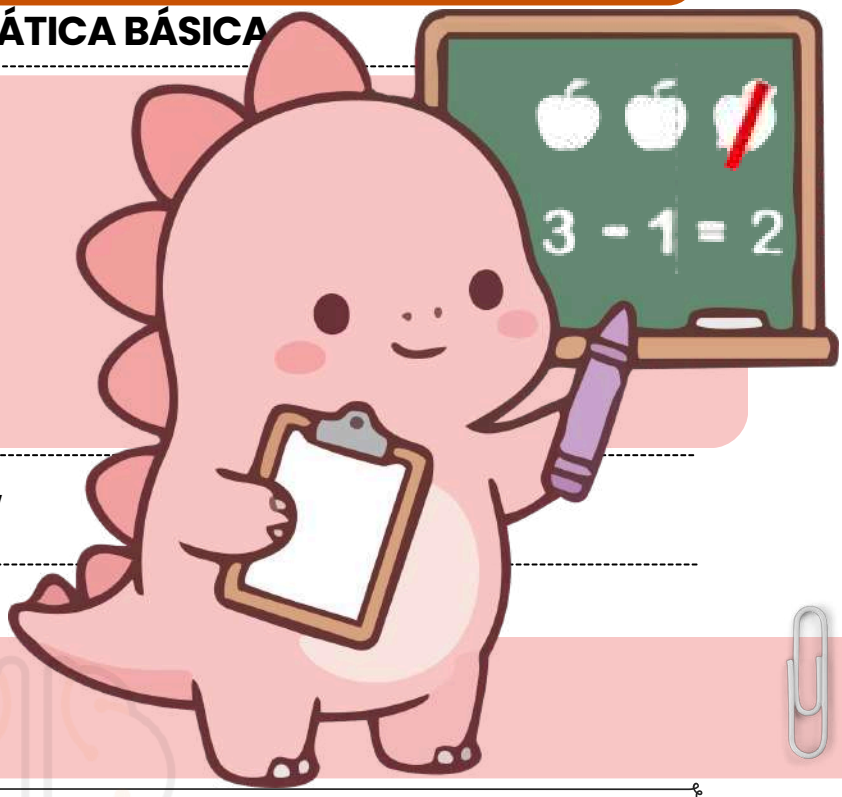


clique aqui para conhecer o material completo

DICA

MATEMÁTICA BÁSICA

SUBTRAÇÃO DE NÚMEROS NATURAIS



A subtração é usada para **retirar**, **comparar** ou **descobrir quanto falta.**

🧩 IDEIA PRINCIPAL:

TOTAL - PARTE = RESTANTE
Exemplo:
35 - 12 = 23

PASSO A PASSO:
Subtração com reagrupamento (ou "emprestar")

Queremos calcular 724 - 489.
➡️ **1º passo:** começar pelas **unidades**
(da direita para a esquerda)

Temos: 4 - 9 **(Não dá para tirar 9 de 4.)**
Então pegamos 1 dezena emprestada do número ao lado (o 2).
O 2 vira 1 e o 4 vira 14.

- **Agora fazemos:** 14 - 9 = 5

Escrevemos **5**.

➡️**2º passo: dezenas**
Agora ficou: 1 - 8 (Também não dá.)
Pegamos 1 centena emprestada do 7.
O 7 vira 6 e o 1 vira 11.

- **Agora fazemos: 11 - 8 = 3**

Escrevemos **3.**

➡️ **3º passo: centenas**
Agora: 6 - 4 = 2
➡️ Escrevemos 2.

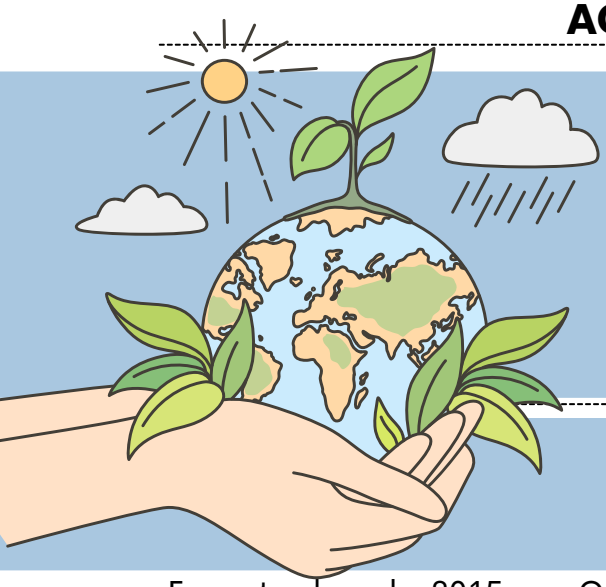
$$\begin{array}{r} {\scriptstyle 6\ \ 11\ \ 1} \\ \not{7}\not{2}4 \\ -\ 489 \\ \hline 235 \end{array}$$

⚠️ Sempre faça a conta da **direita para a esquerda** e lembre que emprestar significa transformar 1 centena em 10 dezenas ou 1 dezena em 10 unidades. **Não é "sumir" com número** — ele apenas muda de lugar para ajudar na conta.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

AGENDA 2030 DA ONU



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS

Em setembro de 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram lançados, com a participação de **193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU)**.

Estes 17 objetivos abordam a **erradicação da pobreza, a luta contra desigualdades e injustiças, e a mitigação das mudanças climáticas**.

- Até **2030**, espera-se que **todos os países do mundo se comprometam com esses objetivos e trabalhem em conjunto**, seja por meio do Estado ou da sociedade civil, para alcançar as **metas estabelecidas durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável** em Nova Iorque, nos Estados Unidos.
- Cada parte envolvida **terá papéis e responsabilidades definidos**. Os ODS incluem Educação de Qualidade, Erradicação da Pobreza, Água Potável e Saneamento, Saúde e Bem-estar, Igualdade de Gênero, entre outros.

Para **alcançar esses objetivos**, foram estabelecidas **169 metas** e mais de **300 indicadores**, todos **avaliados** e **aprovados** pela **ONU**.



clique aqui para conhecer o material completo



DICA

RESOLUÇÃO CNJ Nº 550/2024 (Nº 400/2021)

ELABORAÇÃO DO PLS

Os **indicadores de desempenho do PLS** devem ser selecionados de acordo com o plano estratégico e a realidade de cada órgão.

Os indicadores avaliam o desenvolvimento ambiental, econômico, social e cultural da instituição.

O PLS deve conter, no **mínimo**:

I – Indicadores de desempenho relacionados a:

- 🌿 Uso eficiente de insumos, materiais e serviços;
- 💡 Energia elétrica;
- 💧 Água e esgoto;
- 🗑️ Gestão de resíduos;
- 🧘 Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- 🎓 Capacitação contínua do pessoal;
- 🚶 Deslocamento de pessoal e materiais com foco na redução de gastos e emissões poluentes;
- 🛠️ Obras de reformas e leiaute;
- 🌈 Equidade e diversidade;
- 📦 Aquisições e contratações sustentáveis.



II – Série histórica de **gastos** e **consumos**;
III – Metas alinhadas ao Plano **Estratégico**;
IV – Metodologia de **implementação**, **avaliação** e **monitoramento**;
V – Designação das **unidades gestoras responsáveis** pelo **levantamento** de **dados** e **formulação** das **metas**. 📝



O PLS SERÁ **INSTITUÍDO POR ATO DO PRESIDENTE DO ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO** E PUBLICADO NO **SÍTIO ELETRÔNICO** DO RESPECTIVO ÓRGÃO.

A COMISSÃO GESTORA DO PLS PROPORÁ A REVISÃO DO PLANO, QUE SERÁ PROMOVIDA PELA UNIDADE DE SUSTENTABILIDADE, COM O APOIO DAS UNIDADES GESTORAS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PLS, NO **MÁXIMO**, A **CADA 2 (DOIS) ANOS.**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

RESOLUÇÃO CNJ Nº 550/2024 (Nº 400/2021)

BALANÇO DA SUSTENTABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

O Balanço da Sustentabilidade é uma ferramenta de **gestão e transparência** que **monitora** os **resultados das ações de sustentabilidade** no Poder Judiciário.

🔎 **Objetivo principal:** Melhorar a eficiência do gasto público e acompanhar o uso responsável dos recursos.

📝 **Elaboração e Publicação**

- **Responsável**: Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)
- **Fonte de informações:** Sistema **PLS-Jud**



📈 COMPONENTES DO BALANÇO

1️⃣ **Variáveis e indicadores**

- Incluem dimensões ambiental, econômica, social e cultural.
- Disponíveis no Anexo da Resolução.

2️⃣ **Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)**

- Indicador sintético que combina várias dimensões da sustentabilidade.
- Metodologia definida pelo DPJ.

O **CNJ** disponibiliza **acesso ao PLS-Jud** para **padronizar** o **envio** e **recebimento** dos **dados** 📥.



DADOS MENSAIS:
📅 ATÉ O **DIA 30** DO MÊS SEGUINTE AO MÊS-BASE.



DADOS ANUAIS:
📅 ATÉ O DIA **28 DE FEVEREIRO** DO ANO SEGUINTE AO ANO-BASE.

Além da prestação anual ao CNJ, os órgãos do Poder Judiciário devem realizar o **monitoramento periódico** dos indicadores

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

RESOLUÇÃO CNJ Nº 351/2020



DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO

6️⃣ **Gestão participativa e humana**
Chefias e lideranças devem garantir:

✔️ **diálogo aberto**

✔️ valorização da **diversidade**

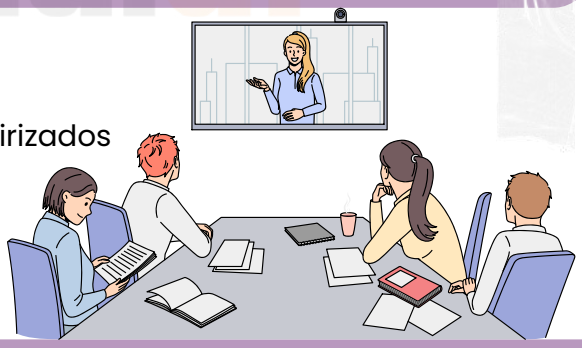
✔️ métodos que promovam **bem-estar físico e emocional**



7️⃣ **Responsabilidade compartilhada (abordagem transversal)**
A prevenção não é dever só de uma comissão: toda unidade e servidor deve contribuir conforme suas funções.

8️⃣ **Atuação integrada nos casos concretos**
Atendimento e acompanhamento das vítimas devem ser feitos com uma abordagem sistêmica, envolvendo múltiplas áreas (RH + Saúde + Gestão).

9️⃣ **Sensibilização de todos os públicos**
O Judiciário deve:
✔️ educar servidores, magistrados, estagiários e terceirizados
✔️ mostrar os riscos das práticas abusivas
✔️ reforçar o valor de relações saudáveis



🔟 **Capacitação das comissões**
As comissões (Assédio e Acessibilidade) precisam de capacitação específica sobre:
✔️ assédio moral
✔️ assédio sexual
✔️ discriminação
✔️ práticas de prevenção

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

RESOLUÇÃO CNJ Nº 351/2020



🏛️ Criação dos Comitês

Cada tribunal deve criar, em até **45 dias**, pelo menos um Comitê. A Comissão será formada por:

- a) 1 magistrado indicado pela Presidência (será o presidente da comissão);
- b) 1 servidor indicado pela Presidência;
- c) 1 servidor indicado pelo presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão;
- d) 1 magistrado indicado pela associação de magistrados;
- e) 1 magistrado eleito por votação direta entre os magistrados;
- f) 1 servidor indicado pelo sindicato da categoria;
- g) 1 servidor eleito por votação direta entre os servidores;
- h) 1 colaborador terceirizado;
- i) 1 estagiário.

⚖️ Deve haver **representação** da **diversidade institucional.**

📌 Elas **não substituem comissões disciplinares** formais, como **sindicâncias** ou **PADs.**



As Comissões de cada tribunal coordenarão uma **rede colaborativa**.



Atribuições da **Comissão**:

- **Monitorar**, avaliar e fiscalizar a Política de Prevenção
- **Colaborar** com diagnósticos institucionais sobre assédio
- **Solicitar** relatórios e pareceres técnicos
- **Sugerir** medidas de prevenção e orientação
- **Representar** contra atos de retaliação às vítimas
- **Alertar** sobre ambientes favoráveis ao assédio
- **Fazer** recomendações às direções e gestores

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

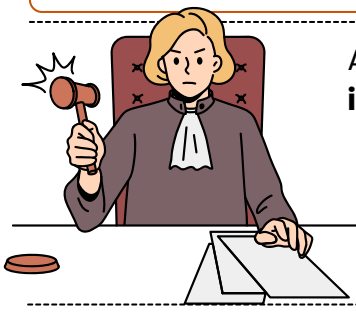
INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais é o processo que transforma princípios essenciais, como a **dignidade humana**, em **normas protegidas** e aplicadas no sistema jurídico de um país. Isso garante que esses **direitos** sejam **reconhecidos**, **respeitados** e **aplicados** de forma eficaz.

Como Funciona a Institucionalização?

- 📜 **CONSTITUIÇÃO E DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS:** A BASE DE TUDO! NO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, CHAMADA DE "CONSTITUIÇÃO CIDADÃ", GARANTE DIREITOS FUNDAMENTAIS.
- ⚖️ **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:** LEIS COMPLEMENTARES DETALHAM OS DIREITOS PREVISTOS, COMO OS CÓDIGOS CIVIL, PENAL E TRABALHISTA.
- 🏢 **ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO:** INSTITUIÇÕES COMO:
  PODER JUDICIÁRIO 👨‍⚖️: JULGA E ASSEGURA OS DIREITOS.
  MINISTÉRIO PÚBLICO 🕵️: FISCALIZA E PROTEGE OS INTERESSES DA SOCIEDADE.
  DEFENSORIA PÚBLICA 🤝: AJUDA QUEM NÃO PODE PAGAR POR ADVOGADOS.
- 🔧 **MECANISMOS DE APLICAÇÃO:** FERRAMENTAS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS, ACESSO À JUSTIÇA E AÇÕES JUDICIAIS GARANTEM QUE ESSES DIREITOS SAIAM DO PAPEL.
- 📚 **EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO:** ENSINAR A POPULAÇÃO SOBRE SEUS DIREITOS É ESSENCIAL PARA FORTALECÊ-LOS.
- 🌍 **MONITORAMENTO INTERNACIONAL:** ORGANISMOS COMO A ONU E A OEA ACOMPANHAM E FISCALIZAM O CUMPRIMENTO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS.



A Constituição de 1988 foi um marco! Além disso, **tratados internacionais de direitos humanos** têm:

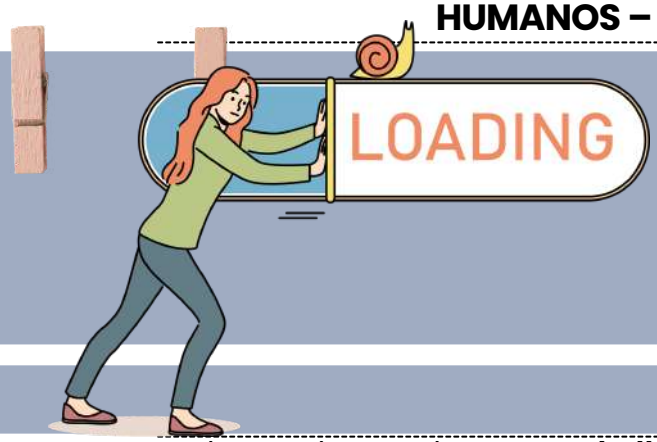
- **Status Supralegal** (acima das leis comuns, mas **abaixo da Constituição**).
- **Status Constitucional** (quando **aprovados com quórum qualificado**, como uma emenda constitucional).

O **Supremo Tribunal Federal (STF)** define que **tratados de direitos humanos**, mesmo **supralegais**, respeitam a soberania da Constituição Federal 📖, que é a norma máxima no Brasil.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PROTOCOLO ADICIONAL À DECLARAÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – PROTOCOLO SAN SALVADOR



PROTOCOLO SAN SALVADOR

Todo mundo tem direito a **trabalhar** e, com isso, levar uma **vida digna** e **decorosa** – afinal, ninguém merece só sobreviver!

Os países **precisam garantir** isso **criando programas de emprego**, orientação **profissional** e **capacitação**, incluindo pessoas com deficiência. Também é essencial oferecer **suporte** às famílias para que as mulheres, em especial, possam trabalhar de forma justa.

O direito ao trabalho só vale se for **justo**, **equitativo** e **satisfatório**. Por isso, os Estados devem garantir:



- a. **Salários justos** para uma vida digna, com igualdade para quem faz o mesmo trabalho;
- b. **Liberdade** para escolher (ou trocar) de emprego;
- c. **Oportunidade** de **crescer** no trabalho com base em mérito;
- d. **Estabilidade** no **emprego** (nada de demitir sem motivo justo);



- e. Ambiente de trabalho **seguro** e **saudável**;
- f. Proteção para **menores de 18 anos** contra trabalhos **perigosos** ou **insalubres**;
- g. **Jornadas de trabalho** que respeitem os **limites diários** e **semanais**, com horários menores para trabalhos perigosos;
- h. **Descanso**, **férias** remuneradas e **feriados pagos** – porque ninguém é de ferro!

Todo trabalhador tem direito de **organizar sindicatos** e **entrar** neles, além de participar de federações, confederações e até organizações internacionais. Ah, e a **greve** também está garantida! ✊

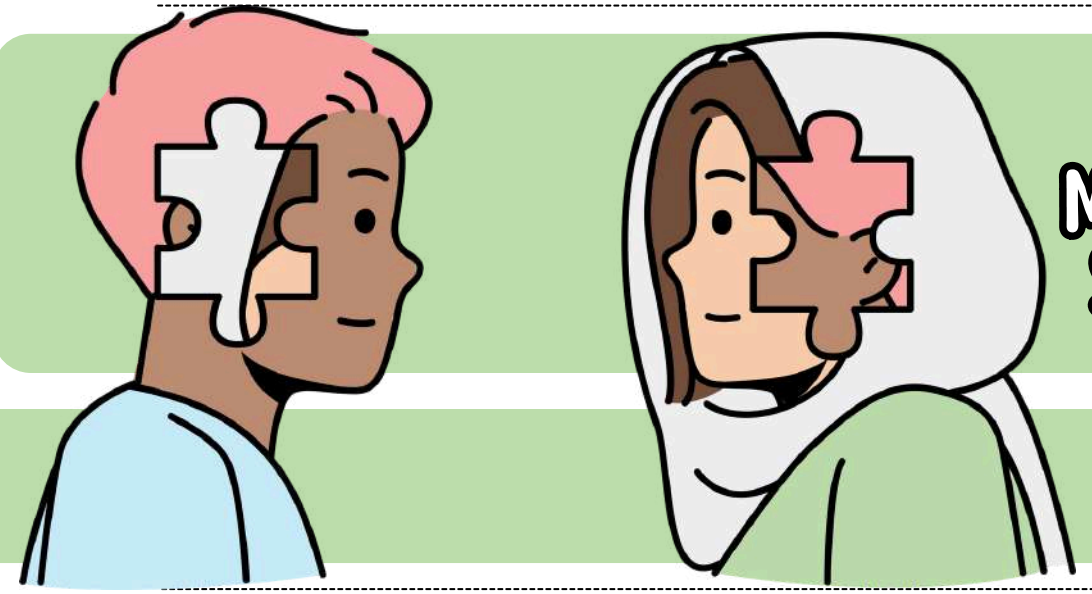
Claro, tudo isso deve **respeitar as leis de cada país**, principalmente quando o assunto é ordem **pública**, **saúde** ou **moral**.

- Só **não pode obrigar ninguém a entrar em sindicato**, hein?

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS



MINORIAS SOCIAIS

Minorias sociais são grupos de pessoas que enfrentam **desvantagens** ou **discriminação** devido a características como **raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, idade, deficiência, status socioeconômico** ou qualquer outra característica que as coloque em uma posição de marginalização em relação à maioria da população.

No Brasil, algumas das principais minorias são:



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA



LGBTQIAP+



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



NEGROS



INDÍGENAS



PESSOAS IDOSAS

Esses grupos muitas vezes têm menos acesso a **recursos**, **oportunidades** e **direitos**, e enfrentam obstáculos adicionais em suas vidas cotidianas devido à **discriminação** e **estigma social**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS

ARQUIVOS

PRINCIPAIS TIPOS DE ARQUIVOS E EXTENSÕES

Categoria	Descrição	Extensões
Texto e Documentos	Arquivos de escrita e edição	.txt .docx .odt .pdf
Planilhas e Dados	Dados numéricos e tabelas	.xls .xlsx .csv
Imagens	Fotos e gráficos	.jpg .png .gif .bmp
Áudio	Sons e músicas	.mp3 .wav .aac
Programas e Executáveis	Filmes e gravações	.exe .msi .bat
Compactados	Agrupamento de arquivos	.zip .rar .7z

💬 **Dica prática:**
Para exibir extensões ocultas no Windows →
➡️ **Explorador de Arquivos → Exibir → Mostrar → Extensões de nomes de arquivos.**



🌐 **Exemplo prático**
Você recebe um arquivo chamado **"musica.mp3".**

➡️ Pela extensão **.mp3,** o Windows sabe que é um **arquivo de áudio** e o abre automaticamente com o **reprodutor de mídia.**

Se fosse **"musica.txt",** seria aberto no Bloco de Notas.

🌐 **Exemplo prático**
Você baixa um arquivo chamado "**planilha**" (**sem extensão**).



➡️ O ícone é uma **folha em branco**, e ao clicar, o Windows pergunta com qual programa abrir.

Se você renomear para **"planilha.xls"**, o ícone muda automaticamente e o arquivo passa a abrir no leitor de planilha(excel).



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

NAVEGADORES

PRINCIPAIS NAVEGADORES

Um navegador web (ou web browser) é um software que permite **acessar**, **visualizar** e **interagir** com **informações da internet.**

Ele funciona como uma **ponte entre o usuário e a web,** interpretando os **códigos** (HTML, CSS, JavaScript) e transformando-os em **páginas visuais e interativas.**



⚙️ FUNÇÃO PRINCIPAL

- Interpretar códigos de páginas (HTML, CSS, JS).
- Exibir sites, imagens, vídeos e outros conteúdos.
- Permitir navegação entre páginas por meio de links (hiperlinks).
- Oferecer recursos como favoritos, histórico, abas e segurança.

🌍O navegador atua como interface gráfica da internet — sem ele, o usuário não conseguiria acessar a Web.

COMO FUNCIONA A NAVEGAÇÃO

1️⃣ O usuário digita um endereço (URL).
2️⃣ O navegador envia uma requisição ao servidor do site.
3️⃣ O servidor responde com os arquivos da página (HTML, CSS, JS).
4️⃣ O navegador renderiza esses códigos → exibe o conteúdo visual.

Assim, tudo o que vemos — texto, imagem ou vídeo — é resultado dessa tradução automática feita pelo navegador.

memoriza.aí



🌈 **Google Chrome**
Rápido, seguro e com sincronização via conta Google.



🦊 **Mozilla Firefox**
Código aberto e foco em privacidade.



🧭 **Microsoft Edge**
Baseado no Chromium, integrado ao Windows.



🍎 **Safari**
Otimizado para dispositivos iOS e macOS



⚙️ **Opera**
Leve, com VPN gratuita e modo economia de dados.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

PHISHING E ENGENHARIA SOCIAL



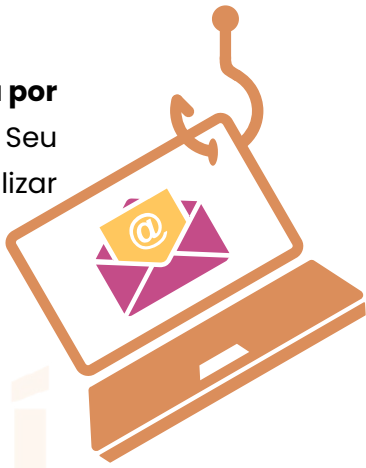
O QUE PRECISAMOS SABER?

Engenharia social é o conjunto de técnicas utilizadas para manipular pessoas e induzi-las a revelar informações, realizar ações ou conceder acessos indevidos. Diferentemente de ataques puramente técnicos, ela explora principalmente fatores humanos, como confiança, distração, medo, urgência ou curiosidade, transformando o próprio usuário em alvo da ação maliciosa.

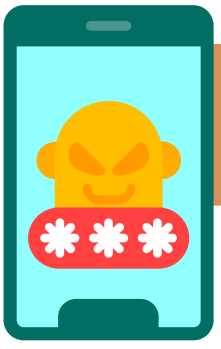
PHISHING

Phishing é uma técnica de engenharia social em que o **criminoso se passa por uma pessoa, empresa ou instituição confiável para enganar a vítima**. Seu objetivo costuma ser induzir o usuário a fornecer informações ou realizar ações indevidas, como:

- ☑ obter credenciais;
- ☑ coletar dados pessoais;
- ☑ induzir cliques;
- ☑ direcionar para páginas falsas;
- ☑ convencer o usuário a realizar ações indevidas.



ENGENHARIA SOCIAL



Na engenharia social, o **criminoso explora características do comportamento humano** para aumentar as chances de enganar a vítima. Entre os fatores mais utilizados estão **confiança, urgência, medo, curiosidade e percepção de autoridade**.

Esses elementos podem aparecer em mensagens que fingem ser de pessoas conhecidas, exigem ação imediata, ameaçam prejuízos, oferecem conteúdos atrativos ou simulam comunicações de chefias e instituições.

ATENÇÃO

Entre as principais variações do phishing estão o **SPEAR PHISHING**, direcionado a uma pessoa ou grupo específico com mensagens personalizadas; o **SMISHING**, realizado por SMS ou mensagens de texto; e o **VISHING**, aplicado por ligações telefônicas ou comunicação por voz. Em todos os casos, o objetivo é aumentar a credibilidade do golpe e induzir a vítima a fornecer dados ou realizar ações indevidas.



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

GOOGLE WORKSPACE

GOOGLE WORKSPACE/ DRIVE

O que é?

O Google Drive é uma plataforma de **armazenamento na nuvem**, parte do Google **Workspace**, que permite **armazenar**, **compartilhar** e **acessar arquivos** de qualquer lugar, em qualquer dispositivo. Além de armazenamento, ele oferece a possibilidade de **trabalhar colaborativamente** com outras pessoas, gerenciando permissões de acesso.

Armazenamento de arquivos: Tem **15 GB gratuitos para usar**, e você pode guardar qualquer coisa. E não se preocupe, não é só texto. Pode salvar fotos, vídeos e até arquivos pesados.

Como Funciona o **Compartilhamento de Arquivos**:

- Para **compartilhar** um arquivo no Google Drive, clique com o **botão direito** sobre o **arquivo** ou **pasta** e selecione "**Compartilhar**".
- Você também pode **clicar no ícone de cadeado** ao **lado do arquivo** e ajustar as **permissões de acesso diretamente**.

Definição de Permissões: Ao abrir a janela de compartilhamento, **insira os e-mails dos destinatários** e escolha o **nível de permissão**:

VISUALIZAÇÃO: PERMITE QUE O DESTINATÁRIO APENAS **VISUALIZE** O ARQUIVO.

COMENTÁRIO: PERMITE QUE O DESTINATÁRIO **VISUALIZE** E **COMENTE** NO ARQUIVO, MAS NÃO FAÇA ALTERAÇÕES

EDIÇÃO: O DESTINATÁRIO PODE **EDITAR** O CONTEÚDO DO ARQUIVO.

VOCÊ PODE **GERAR UM LINK** PARA O **ARQUIVO** E DEFINIR SE ELE SERÁ **ACESSÍVEL** APENAS PARA PESSOAS COM O **LINK** OU PARA **QUALQUER PESSOA NA WEB**.

Para **restringir** acessos, você pode **remover permissões** ou **alterar** a **visibilidade** do **arquivo** a qualquer momento.

Notificações: Você pode configurar notificações para ser avisado sempre que alguém **editar** o arquivo ou **adicionar** comentários.

Fique atento ao **compartilhamento de pastas** (se você compartilha uma pasta inteira, todos os arquivos dentro dela também são compartilhados).

clique aqui para conhecer o material completo

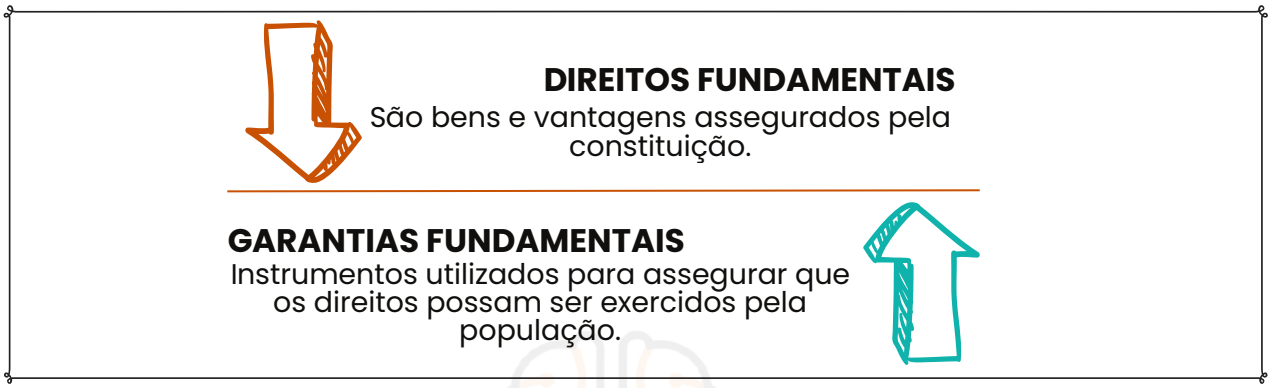
TÉCNICO JUDICIÁRIO (ÁREA ADMINISTRATIVA)

memoriza.ai

clique aqui para conhecer o material completo

Apesar de o texto da Constituição Federal não fazer distinção explícita entre os dois institutos, é possível dizer que ambos os conceitos têm funções diferentes. Os **direitos fundamentais** podem ser definidos como os bens e vantagens que a Constituição Federal concede. As **garantias fundamentais**, por outro lado, são os mecanismos constitucionais que protegem os direitos fundamentais.

Além disso, **vale destacar que eles possuem aplicabilidade imediata.** Contudo, sua eficácia será validada de acordo com o planejamento e a prática de políticas públicas.



É importante salientar que **não há uma hierarquia entre os direitos fundamentais constitucionalmente previstos**, embora alguns deles, como mencionado, sejam a base para a existência de outros direitos.

São muitas as questões de prova que **exigem a característica da relatividade dos direitos fundamentais**. Em todos os casos, devemos lembrar que **"não há direitos ou garantias que sejam absolutos".**

DICA

ALCANCE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS



Apesar de o artigo 5.°, caput, se referir apenas a "brasileiros e estrangeiros residentes no país", **é unânime na doutrina que os direitos fundamentais são válidos para qualquer pessoa que esteja em território nacional, mesmo que seja um estrangeiro residente no exterior.** Um estrangeiro que estiver de férias no Brasil será, portanto, titular de direitos fundamentais.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DIREITO DE PROPRIEDADE – PARTE I

O direito de propriedade é tratado como norma constitucional de eficácia contida e, portanto, está sujeita à atuação restritiva por parte do Poder Público. Assim como todos os direitos fundamentais, o **direito de propriedade não é absoluto**: é preciso que o proprietário dê à propriedade uma função social.

No entanto, só é permitido a desapropriação com base na proteção do interesse público, em três situações:

possibilidades de **DESAPROPRIAÇÃO**

- **NECESSIDADE PÚBLICA:** SÃO SITUAÇÕES EM QUE UM BEM É ESSENCIAL PARA UMA ATIVIDADE ESSENCIAL DO ESTADO.
- **UTILIDADE PÚBLICA:** OCORRE QUANDO O BEM NÃO É INDISPENSÁVEL, MAS É DESEJÁVEL PARA UMA ATIVIDADE ESTATAL.
- **INTERESSE SOCIAL:** APLICÁVEL EM CASOS EM QUE UM BEM É NECESSÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO PAÍS.



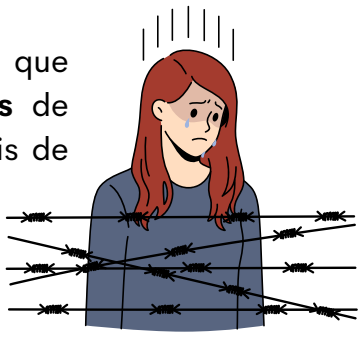
a indenização, no caso de desapropriação, será mediante prévia e justa indenização em dinheiro,



- **DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA;** (a indenização em títulos da dívida agrária)
- **DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL URBANO NÃO-EDIFICADO QUE NÃO CUMPRIU SUA FUNÇÃO SOCIAL;** (a indenização se dará mediante títulos da dívida pública)
- **DESAPROPRIAÇÃO CONFISCATÓRIA;** (desapropriação sem indenização)

casos em que a indenização pela **desapropriação NÃO será em dinheiro.**

Há a possibilidade de desapropriação ***sem indenização.*** É o que ocorre na **expropriação de propriedades urbanas e rurais** de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou exploração de trabalho escravo.



LEMBRE-SE!

Esse inciso costuma ser cobrado em sua literalidade. Memorize-o!

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia **indenização em dinheiro**, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

Previsão constitucional: Art. 5°, XXIV, CF.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a natureza e os efeitos jurídicos** desses atos.



Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade

Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade

Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade

Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade

A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.



Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA III

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;



INSS

exemplos de **autarquias**

BANCO CENTRAL, INSS, INCRA

regime jurídico
de contratação é **estatutário**

AUTARQUIAS

Você sabe o que é?

A criação de autarquias deve ocorrer **mediante a promulgação de uma legislação dedicada**, uma vez que tais organizações **constituem pessoas jurídicas de direito público, sem fins lucrativos** e **se** dedicam à execução de funções próprias do Estado.

Lembre-se elas não tem poder legislativo.

IBGE

exemplos de **fundações públicas**

FUNAI, FUNASA, HEMOCENTRO

regime jurídico
de contratação é **estatutário**

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Você sabe o que é?

As fundações públicas podem ser **estabelecidas por meio de lei ou receber a autorização legal para sua formação**. Quando criadas diretamente por lei, adquirem a natureza jurídica de entidades públicas, assemelhando-se a autarquias (sendo então chamadas de fundações autárquicas).

Quando autorizada sua criação por lei, **assumem a natureza jurídica de entidades privadas de direito público.** Independentemente do cenário, a definição dos campos em que essas fundações atuarão é uma responsabilidade reservada à legislação complementar. Exercem atividades de interesse social, tais como: educação, cultura e também não pode ter fins lucrativos.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

AGENTES PÚBLICOS III



Agentes Políticos
exercem funções políticas e de alta direção.

Dentro do âmbito do Poder Executivo, os agentes políticos referem-se aos indivíduos que ocupam os cargos de mais alta hierarquia na administração pública. Isso inclui os líderes do Poder Executivo, como o Presidente, Governador e Prefeito, assim como seus Ministros e Secretários Estaduais e Municipais. Houve um período de incerteza quanto à inclusão dos Magistrados na categoria dos agentes políticos.

Recurso Especial 228.977, STF.
Os magistrados enquadram-se na espécie agente político, investidos para o exercício de atribuições constitucionais, sendo dotados de plena liberdade funcional no desempenho de suas funções, com prerrogativas próprias e legislação específica.

e quanto aos membros dos Tribunais de Contas e os membros do Ministério Público?

No contexto dos membros dos Tribunais de Contas, surge uma situação notável: a **doutrina os categoriza como agentes políticos**, enquanto **o STF adota uma perspectiva contrária, considerando-os como agentes administrativos.**

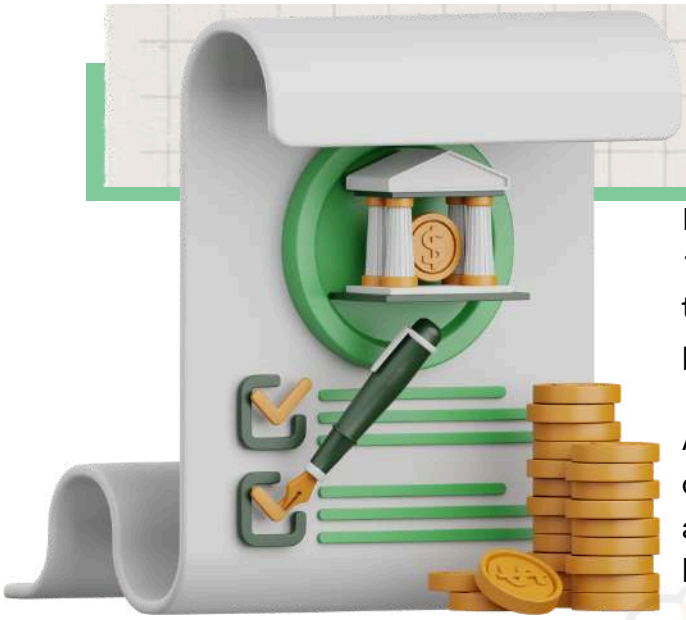
dicas

Se a questão da sua prova requer a classificação dos membros dos Tribunais de Contas com base no entendimento do STF, a resposta inequívoca é que eles são claramente considerados agentes administrativos.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS



MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Das diversas definições expostas na Lei n. 14.133/2011, estamos agora diante das mais temidas e mais cobradas nos concursos públicos.

As modalidades de licitação têm a função de definir o **procedimento e o fluxo processual** a serem seguidos, de maneira específica, ao longo de uma determinada licitação.

Lembre-se com **a efetivação da Lei n. 14.133/2021, passamos a dispor de somente cinco modalidades de licitação.**

1️⃣ **Concorrência:** É a modalidade de licitação **destinada a contratações de grande vulto**, onde qualquer interessado pode participar e os critérios de julgamento estão previamente estabelecidos no edital.

2️⃣ **Concurso:** Utilizado para **escolha de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos**, com a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.

3️⃣ **Diálogo Competitivo:** Modalidade em que **a administração pública dialoga com licitantes previamente qualificados para desenvolver uma ou mais soluções adequadas às suas necessidades**, seguido por uma fase de apresentação das propostas finais.

4️⃣ **Pregão:** Modalidade destinada à **aquisição de bens e serviços comuns**, onde os licitantes apresentam propostas de preços em sessão pública, sendo a adjudicação feita ao licitante que ofertar a proposta mais vantajosa.

5️⃣ **Leilão:** Modalidade destinada **à venda de bens inservíveis** para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

PODE USAR TAMBÉM PROCEDIMENTOS AUXILIARES (ART. 78).

💡 **ATENÇÃO!**

- 🚫 Não pode criar outras modalidades.
- 🚫 Não pode misturar modalidades.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS IV

REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS III



O Artigo 13 da LGPD aborda a **realização de estudos em saúde pública** e o **acesso** a **bases de dados pessoais** por órgãos de pesquisa para essa finalidade.

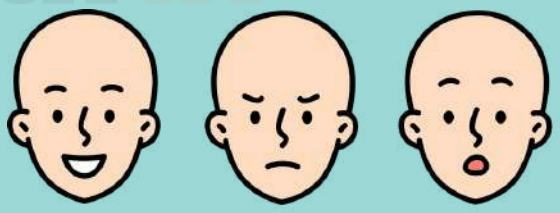
Vamos **entender** cada parte:

Os órgãos de pesquisa **podem ter acesso a bases de dados pessoais para realizar estudos e pesquisas em saúde pública**.

- Esses dados devem ser tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos. Além disso, devem ser mantidos em um ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico.

Sempre que possível, os dados devem ser **anonimizados** ou **pseudonimizados** para **proteger** a **identidade** dos **indivíduos**.

- A **anonimização** é o processo pelo qual os dados **perdem qualquer possibilidade de associação direta ou indireta a um indivíduo**.
- A **pseudonimização**, por sua vez, é o tratamento pelo qual um dado **perde a possibilidade de associação direta ou indireta a um indivíduo**, **exceto** pelo uso de **informação adicional mantida separadamente** pelo controlador em um ambiente controlado e seguro.





- A **divulgação dos resultados** ou de qualquer parte do estudo ou pesquisa **não pode revelar dados pessoais em nenhuma circunstância**, garantindo a privacidade dos indivíduos.
- O **órgão de pesquisa** é o **responsável pela segurança da informação**, **não sendo permitida, em nenhuma circunstância**, a **transferência** dos **dados** a **terceiros**.
- O **acesso aos dados** para realização de estudos em saúde pública será **objeto de regulamentação** por parte da **agência nacional** e das **agência s da área de saúde** e **sanitárias**, no âmbito de suas competências.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 II

LEI Nº 12.527/2011 II



A Lei de Acesso à Informação define um **processo transparente** para que os cidadãos possam **solicitar informações aos órgãos e entidades públicas**.

O acesso às informações públicas é **gratuito**, a menos que seja necessária a **reprodução de documentos**, ocasião em que uma taxa pode ser aplicada.

O **procedimento** é o seguinte:

IDENTIFICAÇÃO:
O pedido deve conter informações mínimas para identificação do solicitante, como nome, CPF ou CNPJ (se aplicável), endereço de contato e, se possível, dados adicionais que facilitem a resposta.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:
Para solicitar informações públicas, é fundamental que o cidadão formule seu pedido de maneira clara e objetiva. Preferencialmente, o pedido deve ser feito por escrito, utilizando o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), quando disponível, ou por outros meios, como carta, e-mail ou presencialmente, conforme as opções oferecidas pelo órgão ou entidade.

ESPECIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DESEJADA:
É essencial descrever claramente a informação desejada no pedido, para que o órgão público possa identificar com precisão a solicitação.

ESCOLHA DO ÓRGÃO COMPETENTE:
O solicitante deve encaminhar o pedido ao órgão ou entidade pública responsável pelas informações solicitadas.

ENVIO DO PEDIDO:
O pedido de informação deve ser encaminhado ao órgão ou entidade pública seguindo os procedimentos e canais estabelecidos por eles, respeitando as regras e prazos definidos para o processamento.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

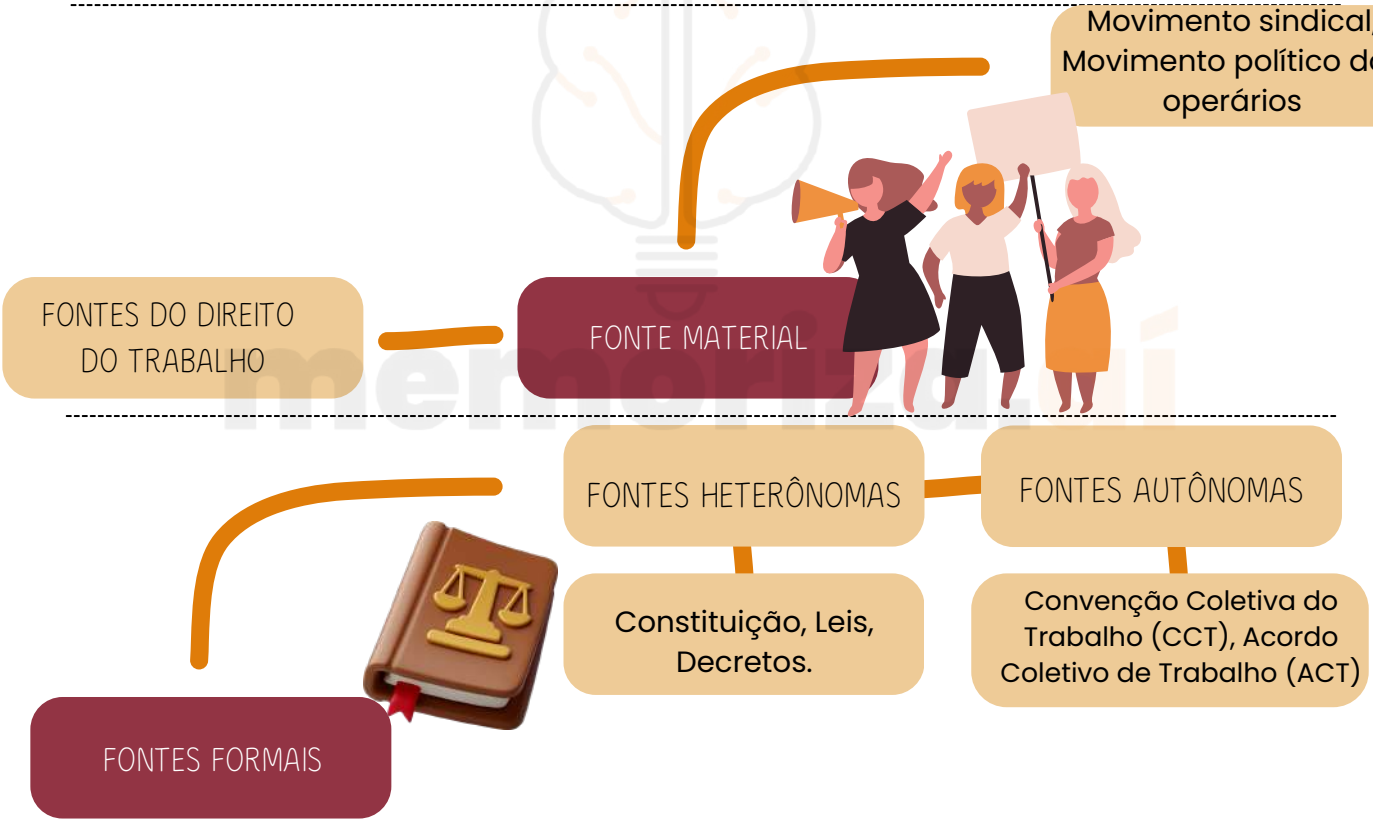
NOÇÕES DE DIREITO I

PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO



No Direito do Trabalho, as fontes são consideradas a **origem** das **manifestações legais**, o ponto de partida de onde o direito se origina.
Fonte é o termo usado para descrever a **base** das **leis**.

De acordo com Miguel Reale, elas são definidas como: "Os processos ou meios pelos quais as regras legais são estabelecidas com força obrigatória legítima".



- **Fontes Formais Heterônomas:** Conhecidas como **imperativas** ou **estatais**, são aquelas em que o **Estado intervém** sem a participação direta dos destinatários principais das regras legais. Tratados e Convenções Internacionais são considerados fontes formais heterônomas, uma vez que, após ratificados pelo Brasil, passam a integrar o ordenamento jurídico.

- **Fontes Formais Autônomas**: Referidas como **diretas**, **primárias** ou **não estatais**. Sua formação envolve a participação dos destinatários das regras estabelecidas, sem a intervenção direta do Estado.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DURAÇÃO DO TRABALHO V

MODALIDADES DE JORNADA I



TRABALHO EM **TURNO ININTERRUPTO** DE **REVEZAMENTO**

Esta forma de trabalho é comum em **empresas que operam 24 horas por dia** e requer que os funcionários estejam presentes durante **todo o período**. Trata-se do sistema de **turnos ininterruptos de revezamento**, no qual o **trabalho deve ser contínuo por um número específico de horas**, com a substituição de colaboradores por meio de escalas para garantir uma transição tranquila.

ESSE MODELO DE TRABALHO ENVOLVE UMA **JORNADA DIÁRIA DE 6 HORAS E SEMANAL DE 36 HORAS**, COM BREVES INTERVALOS DE 15 MINUTOS PARA REFEIÇÃO E DESCANSO.

ESSA REGULAMENTAÇÃO É ESTABELECIDA PELO ARTIGO 7º, XIV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.



TRABALHO EM **ESCALA**

O trabalho em **escala** pode ser **definido como a distribuição das horas trabalhadas pelos dias da semana**, assim como a determinação das folgas dos empregados. A empresa poderá definir a escala que seja mais vantajosa.

Os **tipos** de **escala existentes** são:

- 5X1
- 5X2
- 4X2
- 6X1
- 12X36
- 18X36
- 24X48

As **escalas de trabalho serão estabelecidas de acordo com as necessidades da empresa**, especificando os dias e períodos em que os colaboradores devem trabalhar para manter o funcionamento da empresa. A escala define os dias em que o colaborador deve estar presente na empresa para desempenhar suas funções.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO

AUDIÊNCIA DE JULGAMENTO I

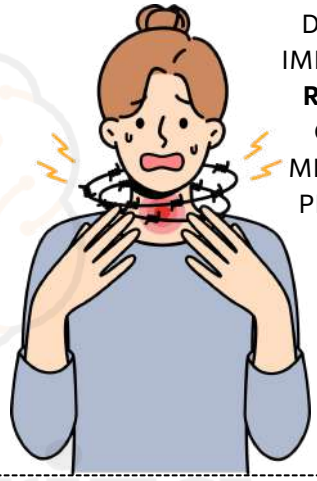


Na hora do julgamento, tanto o reclamante quanto o reclamado precisam estar lá, independentemente dos seus **representantes**, exceto em **Reclamatórias Plúrimas** ou **Ações de Cumprimento**, onde os funcionários podem ser representados pelo Sindicato.

A Lei 13.467/17, comumente referida como reforma trabalhista, introduziu alterações significativas no artigo 843 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



ANTES DA REFORMA, A LEGISLAÇÃO EXIGIA QUE O PREPOSTO QUE REPRESENTASSE A EMPRESA EM AUDIÊNCIAS FOSSE **NECESSARIAMENTE UM EMPREGADO** DA MESMA. COM AS MODIFICAÇÕES, ESSA EXIGÊNCIA FOI **FLEXIBILIZADA**, PERMITINDO QUE O **PREPOSTO NÃO POSSUA VÍNCULO EMPREGATÍCIO** COM A EMPRESA.



SE O **EMPREGADO** NÃO PUDER APARECER POR DOENÇA OU OUTROS IMPREVISTOS, PODE SER **REPRESENTADO** POR OUTRO COLEGA DA MESMA PROFISSÃO OU PELO SEU SINDICATO.

De acordo com o § 3° do artigo 843 da CLT, "*é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos, ainda que não possua vínculo empregatício*".

Assim, conforme a previsão legal, o **único requisito é** que o **preposto** tenha **efetivo conhecimento** dos **fatos pertinentes ao processo**.



SE O **RECLAMANTE** NÃO APARECER, A **RECLAMAÇÃO** VAI PRO **LIMBO**!



E SE O **RECLAMADO** FALTAR, É COMO SE DISSESSE "**TÔ NEM AÍ**" E **ACEITA** TUDO QUE FOI **ALEGADO**!

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO

EXTENSÃO DAS DECISÕES



Se acontecer um **dissídio coletivo** por causa de **novas condições de trabalho** e só uma parte dos funcionários estiver na jogada, o Tribunal pode, na sua sabedoria, **estender** essas **condições aos outros empregados** da **mesma profissão** que ficaram de fora, se achar que é justo e conveniente.

O TRIBUNAL VAI DEFINIR QUANDO ESSA **DECISÃO ENTRA EM AÇÃO** E POR **QUANTO TEMPO** VAI VALER, SENDO QUE O PRAZO NÃO PODE ULTRAPASSAR **4 (QUATRO) ANOS**.

A decisão sobre novas **condições de trabalho** também pode ser **estendida** a todos os empregados da **mesma categoria profissional** sob a jurisdição do Tribunal:



SE **UM** OU **MAIS EMPREGADORES** OU SEUS SINDICATOS **PEDIREM**



SE **UM** OU MAIS **SINDICATOS** DE **EMPREGADOS PEDIREM**;



DE **OFÍCIO**, PELO **TRIBUNAL** QUE **TOMOU** A **DECISÃO OU** SE A **PROCURADORIA** DA **JUSTIÇA** DO TRABALHO SOLICITAR.

Para que essa **extensão aconteça**, é preciso que **3/4 (três quartos) dos empregadores** e **3/4 (três quartos) dos empregados** ou **seus sindicatos** concordem.



O Tribunal vai dar um **prazo**, entre **30 (trinta) e 60 (sessenta)** dias, para que os interessados se **manifestem**.

Depois de ouvir os interessados e a Procuradoria da Justiça do Trabalho, o processo será levado ao **julgamento** do Tribunal.

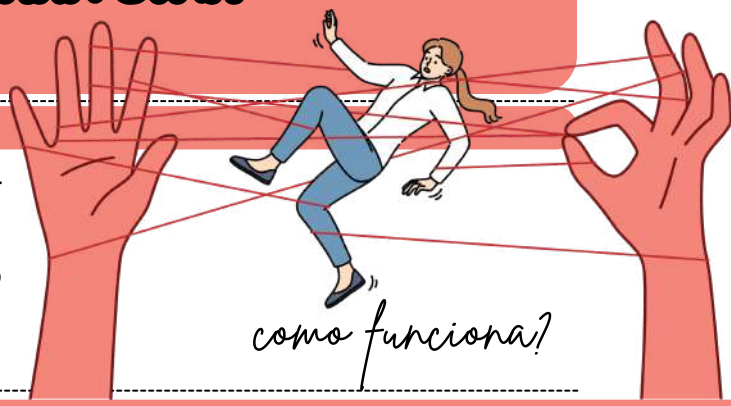
Sempre que o Tribunal estender a decisão, vai marcar a **data** em que essa **extensão** começa a valer.

clique aqui para conhecer o material completo

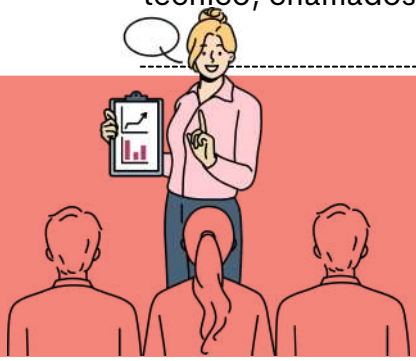
DICA

FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO BUROCRÁTICA, TEORIAS CLÁSSICAS

ORGANIZAÇÃO LINHA-STAFF



A Organização Linha-Staff surge para resolver as **limitações** da **estrutura linear**. Ela mantém a hierarquia, mas acrescenta órgãos de apoio técnico, chamados de "**staff**".



Você ainda tem uma **linha de chefia** (como na padaria do exemplo anterior), mas agora existe também uma **equipe de especialistas** (o staff) que ajuda os chefes a tomar decisões melhores.

Esses especialistas não mandam diretamente nos funcionários, mas aconselham os gestores com base em conhecimento técnico.

📌**CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS:**

- **Mantém a hierarquia linear:** cada pessoa ainda tem um único chefe direto.
- **Inclui órgãos de apoio (staff):** consultores, analistas e especialistas que ajudam nas decisões.
- **Autoridade funcional:** o staff pode orientar sobre temas técnicos, mas não manda diretamente nos outros setores.
- **Separação entre execução e apoio:** os órgãos de linha executam; os órgãos de staff orientam.

EXEMPLO PRÁTICO:

- Pense agora numa grande rede de padarias. O gerente ainda cuida da equipe, mas ele conta com ajuda do setor de RH, do contador, do engenheiro de alimentos e do setor jurídico.
- Esses setores não mandam na operação, mas aconselham os gestores sobre leis, finanças, qualidade, processos, etc.

✅ **VANTAGENS:**

- Ajuda técnica especializada: os gestores tomam decisões mais embasadas.
- Mantém a disciplina e a hierarquia.
- Melhora a qualidade das decisões.
- Permite inovação sem perder o controle.

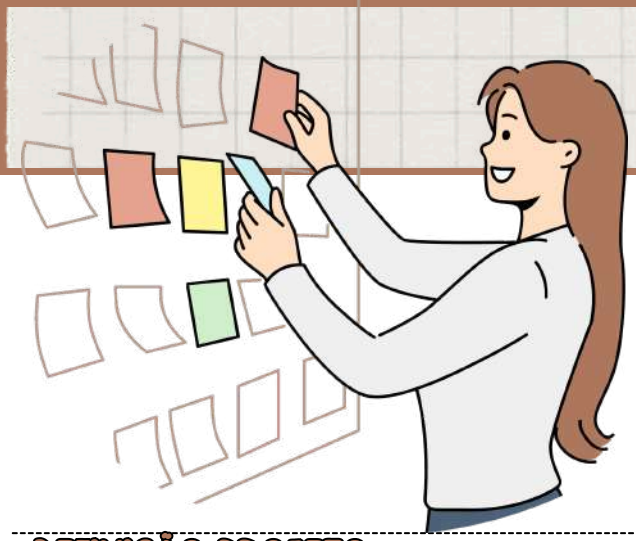
❌ **DESVANTAGENS:**

- Conflito entre linha e staff: o gestor pode não seguir o conselho técnico, gerando atritos.
- Dificuldade de equilíbrio: nem sempre está claro até onde vai o poder de cada um.
- Pode gerar burocracia e confusão, se não for bem implantada.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

GESTÃO DE PROJETOS I

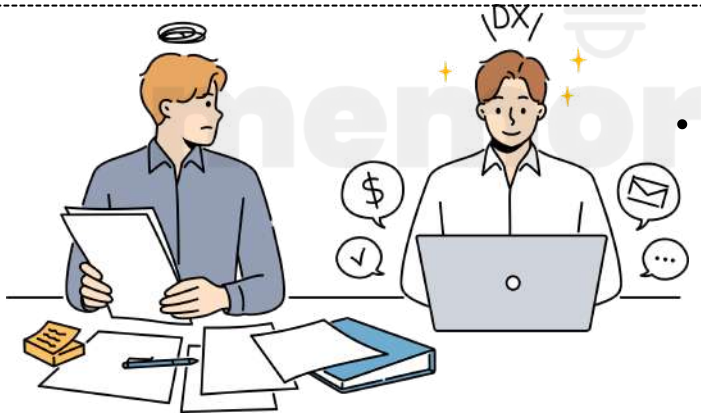


PROJETOS

A gestão de projetos é uma abordagem estruturada para **planejar, executar e finalizar um projeto com sucesso**. Envolve a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas para atender aos requisitos do projeto, dentro de um conjunto de restrições, como prazo, orçamento, qualidade e escopo.

DEFINIÇÃO PROJETO

- Um projeto é um **esforço temporário com início e fim definidos**, realizado para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo.
- Projetos geralmente passam por **fases específicas, desde a concepção até a conclusão**. Essas fases compõem o ciclo de vida do projeto.
- A gestão de projetos envolve uma série de **processos inter-relacionados**, incluindo iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, e encerramento.



ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

- As organizações podem adotar diferentes estruturas para a gestão de projetos, como o**rganizações funcionais, matriciais ou projetizadas**, dependendo da natureza e complexidade dos projetos.

- Diversas ferramentas e técnicas são utilizadas na gestão de projetos, incluindo **diagramas de Gantt, análise de redes (PERT/CPM), avaliação de riscos, entre outras.**
- O uso de software especializado, como o **Microsoft Project, o Jira e o Trello**, pode facilitar o planejamento, monitoramento e controle de projetos.

A gestão de projetos frequentemente envolve **processos de melhoria contínua**, onde lições aprendidas são **documentadas e aplicadas em projetos futuros**.

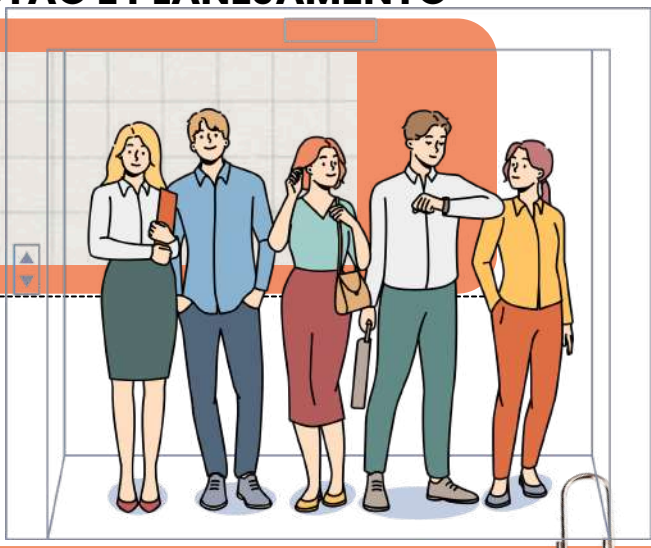
clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

FERRAMENTAS DE ANÁLISE PARA GESTÃO E PLANEJAMENTO

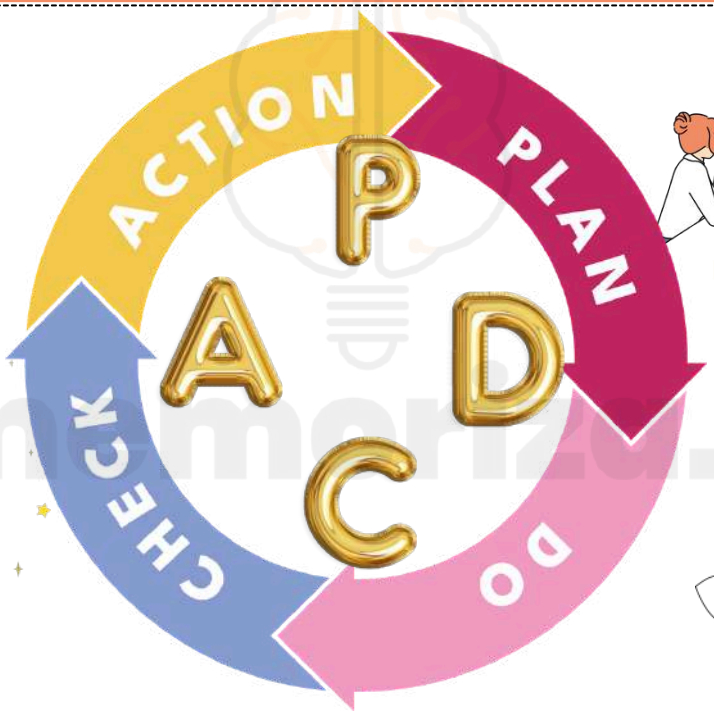
CICLO DO PLANEJAMENTO EM ORGANIZAÇÕES (PDCA)



O ciclo PDCA **(Plan-Do-Check-Act),** também conhecido como **ciclo de melhoria contínua ou ciclo de Deming**, é uma abordagem amplamente empregada para **alcançar melhorias contínuas nos processos e resultados de uma organização.**

COMO ELE FUNCIONA?

O ciclo PDCA, por sua **natureza cíclica, promove uma abordagem interativa e sistemática para a melhoria contínua**, sendo uma ferramenta valiosa na gestão da qualidade e excelência operacional.



FOCO NA AÇÃO
Padronizar o que deu certo e corrigir o que não atendeu as expectativas.





FOCO NA DEFINIÇÃO
Identificar o problema e estabelecer um plano de ação.



FOCO NO PROCESSO
Executar o plano de ação estabelecido e treinar os envolvidos.

FOCO NO RESULTADO
Verificar se as metas estabelecias estão sendo alcançadas.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LIDERANÇA

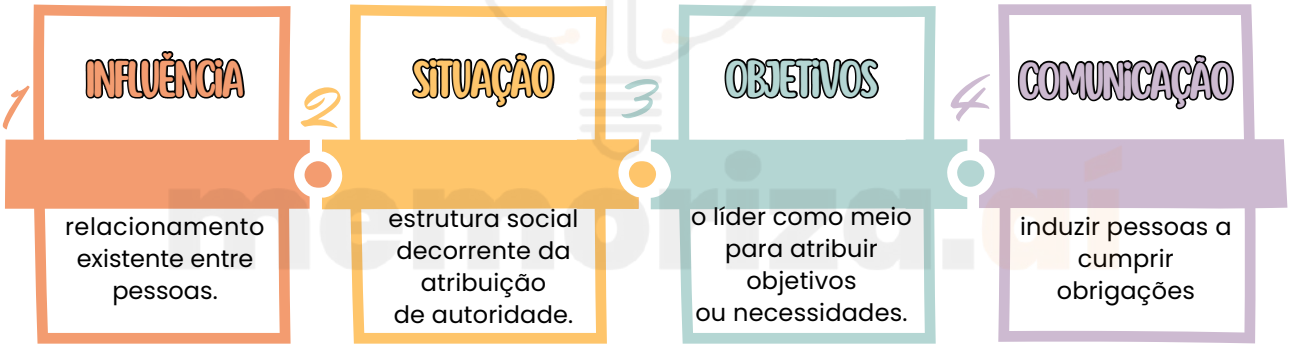
LIDERANÇA

A primeira concepção fundamental de "liderança" a ser compreendida é aquela que a encara como um fenômeno social. Em outras palavras, **a liderança não ocorre de forma isolada.**

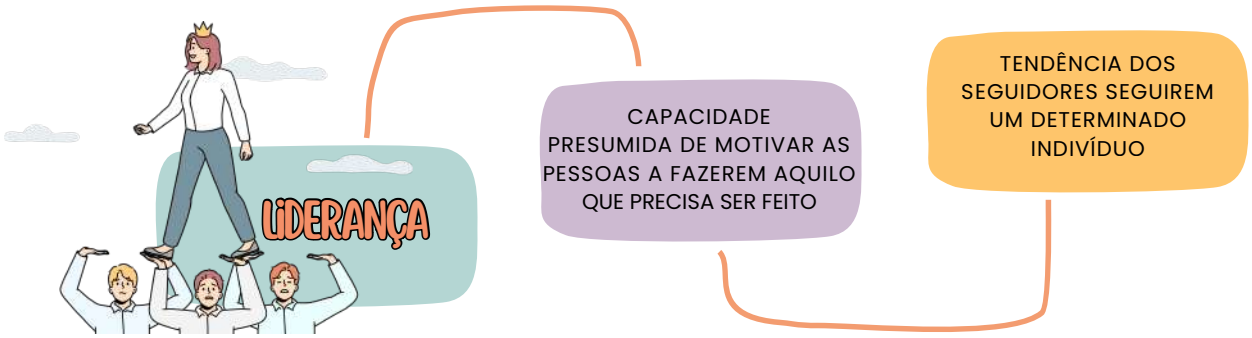
Para que exista liderança, é necessário, no mínimo, a **interação entre um líder e um liderado.**



Portanto, podemos pensar na liderança como aquele **superpoder** de **influenciar** uma situação através da **comunicação**, tudo isso para conquistar um ou vários objetivos!



A **definição de liderança**, assim, abrange, no mínimo, dois aspectos essenciais:



Unindo esses dois pontos, chegamos à fabulosa conclusão: "*Ninguém se torna líder sem fazer um belo jogo de cintura para convencer a galera a seguir sua onda; e para brilhar, seus seguidores precisam enxergá-la como a chave mágica para abrir as portas dos próprios sonhos!*"

clique aqui para conhecer o material completo

TÉCNICO JUDICIÁRIO (ÁREA ADMINISTRATIVA – AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL)

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)



Preparando-se para a sua prova, é crucial revisar e compreender as principais informações relacionadas a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, alguns pontos fundamentais devem ser destacados para um estudo eficaz, vamos ver?



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

PLANEJAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO

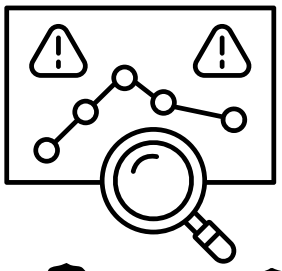


DE OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO DE AUTORIDADES

O QUE PRECISAMOS SABER?

O planejamento e a operacionalização das ações de proteção consistem na organização técnica de medidas preventivas e reativas destinadas à segurança integral da autoridade.

PLANEJAMENTO PRÉVIO DAS OPERAÇÕES PROTETIVAS



É **regra** a elaboração de plano operacional com definição de objetivos, recursos, rotas e pontos sensíveis do ambiente. Constitui **condição específica** a realização de análise de risco, levantamento de informações e reconhecimento antecipado do local. O planejamento adequado permite atuação preventiva e redução de vulnerabilidades.



É **regra** a distribuição formal de funções entre equipes de escolta, apoio e coordenação operacional. Constitui **condição específica** a definição de cadeia de comando clara e de canais eficientes de comunicação institucional. Constitui **exceção** a reorganização imediata das funções apenas diante de alteração relevante do cenário de risco.

EXECUÇÃO OPERACIONAL DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO

A atuação deve ocorrer com observância dos princípios da legalidade, proporcionalidade e eficiência no emprego dos meios de segurança. É **regra** a adoção de técnicas preventivas de controle de acesso, monitoramento e proteção aproximada. Constitui **condição específica** a coordenação contínua entre planejamento e execução, o que influencia diretamente o êxito da operação.

Em decorrência das ações executadas, devem ser elaborados relatórios operacionais e análises de desempenho das medidas adotadas. É **regra** a revisão periódica dos planos de proteção conforme alterações no nível de risco ou nas demandas institucionais. Constitui **exceção** a manutenção integral dos procedimentos apenas quando comprovada sua plena efetividade prática.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

SEGURANÇA INSTITUCIONAL



CONTROLE DE ACESSO: PORTARIAS, CATRACAS E BARREIRAS FÍSICAS

catracas e sistemas eletrônicos

São **barreiras automatizadas** que **reforçam a segurança.**

Tipos comuns:

- Catracas mecânicas
- Catracas eletrônicas com cartão RFID
- Torniquetes de segurança
- Portas com biometria
- Portas com controle remoto pelo vigilante

FUNÇÕES:

- Impedir entradas simultâneas
- Registrar horário e identidade
- Integrar-se a sistemas de monitoramento

acesso a áreas restritas

Locais que exigem credencial específica, cadastro prévio ou autorização superior:

- Gabinetes
- Sala de TI / CPD
- Almoxarifado
- Arquivos e depósitos
- Laboratórios
- Salas de reunião sigilosa

NINGUÉM ENTRA EM **ÁREA RESTRITA SEM AUTORIZAÇÃO COMPROVADA.**

✔️ **Conduta correta**

- Comunicação clara e imparcial
- Exigir identificação de todos (sem exceções)
- Conferir se o crachá é legítimo
- Notificar imediatamente tentativas de burla
- Acompanhar visitantes até o destino quando nece



❗ **Erros clássicos cobrados em prova**

- Deixar portaria sem vigilância
- Conversas longas que distraem o agente
- Liberar acesso sem autorização formal
- Não registrar entrada de prestadores de serviço
- Permitir fotografias em áreas sensíveis

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL: DOCUMENTOS E AUTENTICAÇÃO

como conferir se o documento é legítimo?



✔ Conferência visual

- Foto compatível com a pessoa
- Data de nascimento e assinatura
- Hologramas e marcas de segurança
- Fonte, cor e textura do material
- Ausência de rasuras ou plastificação irregular

✔ Conferência verbal

- Perguntas simples compatíveis com dados do documento
- **Ex.**: "Qual seu nome completo?" / "Data de nascimento?"

✔ Conferência lógica

- Dados coerentes entre si
- Nome completo
- Documento oficial válido
- Verificação no sistema interno, quando aplicável

SINAIS DE DOCUMENTO FALSIFICADO

Detalhes que denunciam os documentos falsos



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.ai

DICA

TOMADA DE DECISÃO



EM SITUAÇÕES CRÍTICAS E AMBIENTES DE ALTA TENSÃO

O QUE PRECISAMOS SABER?

A tomada de decisão em situações críticas exige análise rápida, fundamentação técnica e atuação proporcional para preservação da segurança institucional.

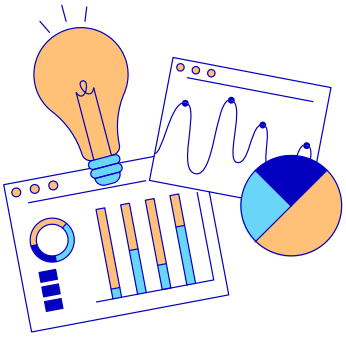
PRINCÍPIOS OPERACIONAIS DA DECISÃO EM CENÁRIOS CRÍTICOS



É **regra** a adoção de decisões baseadas na legalidade, necessidade e proporcionalidade das medidas aplicadas. Constitui **condição específica** a avaliação imediata do grau de risco à integridade das pessoas e ao funcionamento do ambiente legislativo. A atuação deve priorizar a contenção preventiva de danos e a manutenção da ordem.



É **regra** a coleta rápida de informações sobre o contexto, os envolvidos e os recursos operacionais disponíveis. Constitui **condição específica** a análise do tempo de resposta necessário e das consequências institucionais da decisão adotada. Constitui **exceção** a dispensa de avaliação detalhada apenas em situações de risco iminente que demandem ação imediata.



ADOÇÃO DE MEDIDAS OPERACIONAIS E ESTRATÉGICAS

A decisão deve observar o uso progressivo da força e a aplicação escalonada de técnicas de controle institucional. É **regra** a coordenação entre equipes e o cumprimento das normas internas de segurança e operação. Constitui **condição específica** o comando centralizado da ação, o que influencia diretamente a eficácia da intervenção em ambiente crítico.



Em decorrência das medidas adotadas, devem ser formalizados registros operacionais e avaliações posteriores da atuação realizada. É **regra** a responsabilização funcional em caso de excesso ou omissão comprovada na condução da ocorrência. Constitui **exceção** a revisão das decisões apenas quando surgirem elementos novos relevantes ou determinação superior fundamentada.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS

CLASSES DE FOGO

o que precisamos saber?

Em situações de incêndio, identificar a classe do fogo é essencial para usar o extintor correto, evitar reações perigosas e impedir que o fogo se espalhe. A banca costuma cobrar: **classificação**, **risco específico** e **qual extintor usar em cada caso.**🔥🧯



O **Triângulo do Fogo** representa os três elementos essenciais para que um **incêndio se inicie e se mantenha**:

- **Combustível — o que queima::** Qualquer material capaz de entrar em combustão: madeira, papel, tecido, plástico, gasolina, álcool etc.

É o "alimento" do fogo.

- **Comburente — o que permite a queima:** Geralmente é o oxigênio presente no ar (cerca de 21%), responsável por sustentar o processo de combustão.

Sem oxigênio, o fogo não consegue se manter.

- **Calor — a energia que inicia a combustão:** É a fonte de energia necessária para elevar o combustível ao seu ponto de ignição.

Pode vir de faíscas, chamas, atrito, superfícies quentes ou eletricidade.

O **Tetraedro do Fogo** representa os **quatro elementos fundamentais** para que um **incêndio exista** e se **mantenha**:

1. **Combustível —** aquilo que pega fogo (papel, madeira, gasolina etc.)
2. **Comburente —** geralmente o oxigênio do ar
3. **Calor —** energia necessária para iniciar e sustentar a combustão
4. **Reação em Cadeia —** processo químico contínuo que mantém o fogo ativo





🚨 **PROIBIDO (CAI MUITO!)**

- ❌ Jogar **água** em **eletricidade** ou **líquidos inflamáveis**
- ❌ Usar **métodos improvisados**
- ❌ Tentar **apagar incêndio grande sozinho**
- ❌ Deixar **portas abertas** (o ar alimenta o fogo)



o que caracteriza a diferença entre o triângulo e o tetraedro do fogo?

O Tetraedro inclui a **reação em cadeia**, essencial para a **manutenção** do **incêndio**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

USO PROGRESSIVO DA FORÇA E PROPORCIONALIDADE

o que é uso progressivo da força?

É o conjunto de **técnicas** e **intervenções** aplicadas pelo **agente para controlar uma situação**, sempre começando pelos **meios menos lesivos** e **avançando apenas quando necessário.**

O USO DA FORÇA DEVE SER **NECESSÁRIO**, **GRADUAL** E **PROPORCIONAL** AO **RISCO APRESENTADO.**

✔️ **PRINCÍPIOS BÁSICOS:**

- **Necessidade –** só usar força quando não houver alternativa
- **Moderação –** mínimo necessário para controlar a situação
- **Proporcionalidade –** a força deve ser adequada ao risco
- **Legalidade –** agir conforme leis e normas internas
- **Dignidade Humana –** respeito absoluto à pessoa

quando o uso da força é permitido?

✔️ **Autodefesa** ou **defesa de terceiros**
✔️ Pessoa tentand**o invadir área restrita**
✔️ **Agressão iminente** ou em **andamento**
✔️ Tentativa de **depredação do patrimônio**
✔️ **Indivíduo descontrolado** colocando pessoas em risco
✔️ **Resistência ativa** a ordens legais



Condutas Proibidas

❌ Força usada como punição
❌ Golpes na cabeça, pescoço ou coluna
❌ Imobilizações perigosas ou que dificultem a respiração
❌ Agressões após a pessoa estar contida
❌ Intimidação, humilhação ou abuso verbal
❌ Exceder na força quando a ameaça já foi neutralizada

➡️ O **LIMITE** É A **NECESSIDADE**.

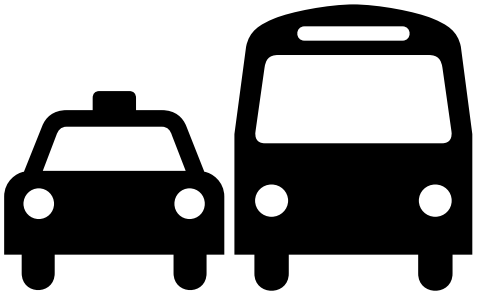
O AGENTE USA **SOMENTE O NECESSÁRIO** PARA **CONTROLAR A SITUAÇÃO**, **SEM EXCESSOS**, RESPEITANDO A DIGNIDADE HUMANA.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO — CONJUNTO DE ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.



O QUE É E QUANDO SE APLICA?

CONCEITO GERAL

Conjunto de órgãos e entidades responsáveis pela administração, fiscalização, normatização e educação de trânsito no Brasil.

📌 **Está previsto no Código de Trânsito Brasileiro.**

⚖️ FINALIDADE DO SNT

- Planejar o trânsito
- Fiscalizar o cumprimento das normas
- Aplicar penalidades
- Promover educação para o trânsito
- Garantir segurança viária
- Organizar a circulação em todo o país

🏛️ QUEM FAZ PARTE DO SNT?

✔️ CONTRAN
✔️ CETRANs
✔️ DETRAN
✔️ PRF
✔️ Órgãos executivos de trânsito
✔️ JARI
📌 Cada órgão possui competências específicas.

⚠️ ATENÇÃO!

🚨 O SNT atua em:

- nível federal
- estadual
- distrital
- municipal

👉 Todos trabalham de forma integrada para garantir a segurança no trânsito.

🚫 ERRO COMUM EM PROVA

❌ "SOMENTE O DETRAN FAZ PARTE DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO."

✅ ERRADO!

O SNT É FORMADO POR DIVERSOS ÓRGÃOS DE:

- NORMATIZAÇÃO
- FISCALIZAÇÃO
- JULGAMENTO DE RECURSOS
- EXECUÇÃO DE POLÍTICAS DE TRÂNSITO

DICA!

👉 Pense no SNT como a "estrutura administrativa" responsável pelo funcionamento do trânsito brasileiro.

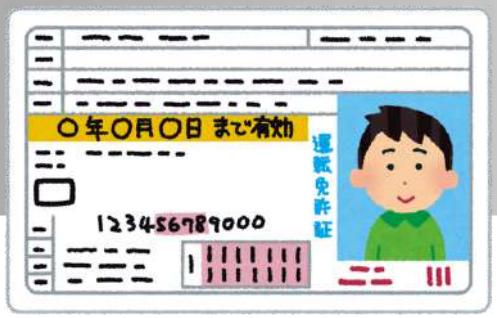


clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

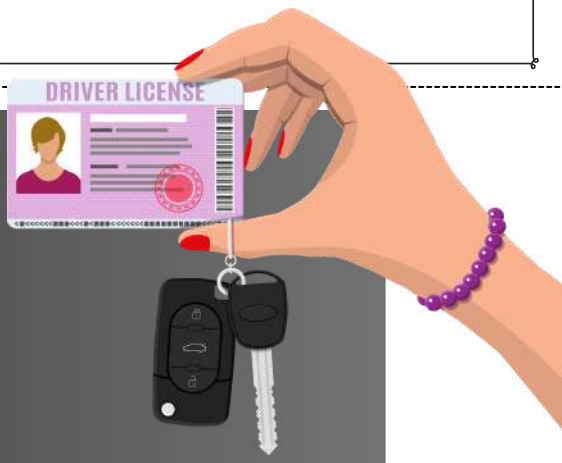
CATEGORIAS DA CNH — VARIAM CONFORME O TIPO DE VEÍCULO.



O QUE PRECISO SABER?

CONCEITO

✅ Categorias da CNH variam conforme o tipo e a finalidade do veículo conduzido.
📌 Cada categoria **autoriza a condução de determinados veículos**, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.



🎯 FINALIDADE

As categorias existem para:

- garantir segurança no trânsito
- exigir capacitação adequada
- limitar a condução conforme o porte do veículo
- assegurar preparo técnico do motorista

🚗 Quanto maior ou mais complexo o veículo, maior a exigência da categoria.

🪪 PRINCIPAIS CATEGORIAS

🏍️ **CATEGORIA A**

- ✔️ Motocicletas
- ✔️ Motonetas
- ✔️ Ciclomotores

🚙 **CATEGORIA B**

- ✔️ Automóveis
- ✔️ Veículos com até 8 passageiros
- ✔️ Peso permitido dentro do limite legal

🚛 **CATEGORIA C**

- ✔️ Veículos de carga
- ✔️ Caminhões

🚌 **CATEGORIA D**

- ✔️ Transporte de passageiros
- ✔️ Ônibus, micro-ônibus e vans

🚚 **CATEGORIA E**

- ✔️ Veículos com unidade acoplada
- ✔️ Carretas e veículos articulados



⚠️ ATENÇÃO!

🚨 Dirigir veículo incompatível com a categoria da CNH gera infração.

📌 Algumas categorias exigem:

- tempo mínimo de habilitação
- idade mínima
- exames específicos

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

PODER DE POLÍCIA — PERMITE RESTRINGIR DIREITOS EM PROL DO INTERESSE COLETIVO.



O QUE É E QUANDO SE APLICA?

Poder de polícia é a atividade da Administração Pública que permite **restringir ou limitar direitos individuais** em benefício do interesse coletivo.
📌 Seu objetivo principal é: proteger a ordem pública, garantir segurança e preservar saúde, trânsito, meio ambiente e bem-estar social

1 🎯 FINALIDADE

A Administração utiliza o poder de polícia para:

- fiscalizar atividades
- impor regras e limitações
- prevenir danos à coletividade
- manter a ordem e a segurança pública

🚨 **O interesse coletivo prevalece sobre interesses individuais** quando houver necessidade legal.

2 🏛️ EXEMPLOS PRÁTICOS

✔️ Fiscalização de trânsito
✔️ Aplicação de multas
✔️ Interdição de estabelecimentos irregulares
✔️ Controle sanitário
✔️ Limites de velocidade
✔️ Licenciamento e autorizações

📌 O Estado pode impor condições e restrições previstas em lei.

❌ **"O poder de polícia permite qualquer restrição pela Administração."**
✅ ERRADO!

Toda restrição deve possuir:

- previsão legal
- finalidade pública
- limites constitucionais

🚫 ERRO COMUM EM PROVA

clique aqui para conhecer o material completo

ANALISTA (ÁREA JUDICIÁRIA)

memoriza.ai

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DIREITOS SOCIAIS INDIVIDUAIS DOS TRABALHADORES PARTE IV

> XIII – duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Previsão constitucional: Art. 7°, XIII, CF, com redação da **EC n° 141/2026.**



DURAÇÃO DO TRABALHO

Como isso funciona?

• A PARTIR DE **2 MESES DA PUBLICAÇÃO**, A JORNADA MÁXIMA SERÁ DE **42 HORAS SEMANAIS**, COM DIREITO A **DOIS DIAS DE REPOUSO SEMANAL REMUNERADO.**

• APÓS **14 MESES DA PUBLICAÇÃO**, O LIMITE SERÁ DE **40 HORAS SEMANAIS**, SEM QUALQUER REDUÇÃO SALARIAL.

- A EC n° 141/2026 estabeleceu j**ornada máxima de 8 horas diárias e 40 horas semanais**, com **redução progressiva da carga semanal.**
- O limite será de 40 horas semanais, **sem qualquer redução salarial.**
- A **compensação de horários** e a **redução da jornada** poderão ocorrer mediante **acordo** ou **convenção coletiva de trabalho.**



PONTO DE ATENÇÃO

A **EC n° 141/2026** também alterou o art. 7°, XV, garantindo **dois dias de repouso semanal remunerado**, sendo um *preferencialmente aos domingos*, após o prazo de **dois meses da publicação.** Excepcionalmente, a negociação coletiva poderá estabelecer **compensação dos repousos, respeitadas as condições constitucionais.**

Atenção para a prova: embora o texto permanente do art. 7°, XIII, já estabeleça **40 horas semanais**, a **própria emenda prevê uma transição.** Portanto, em **outubro de 2026**, o **limite aplicável continua sendo de 44 horas semanais** até o **início da primeira etapa.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

APLICABILIDADE CONSTITUCIONAL III

APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

normas de eficácia limitada

sua aplicabilidade é **indireta, mediata e reduzida.**



Por fim, as **normas constitucionais de eficácia limitada referem-se àquelas que necessitam de regulamentação infraconstitucional para produção de seus efeitos.**

Ou seja, **o texto constitucional mostra-se incapaz de, isoladamente, produzir todas as consequências necessárias à concretização do direito.**

características

NÃO-AUTOAPLICAVEIS

A não-autoaplicabilidade se refere **à necessidade de suplementação legislativa** para que os efeitos do texto constitucional se manifestem plenamente.

APLICABILIDADE INDIRETA, MEDIATA E REDUZIDA

No que diz respeito à **aplicabilidade indireta**, isso envolve a **necessidade de uma lei regulamentadora para dar eficácia aos efeitos pretendidos pelo texto constitucional**.

A **aplicabilidade mediata**, por sua vez, ocorre quando o **texto constitucional**, por si só, **não é suficiente para produzir os efeitos desejados pelo legislador.**

Por fim, no contexto da **aplicabilidade reduzida,** é importante ressaltar que essas normas **possuem um grau limitado de eficácia** logo após a promulgação da Constituição de 1988.

mnemônico

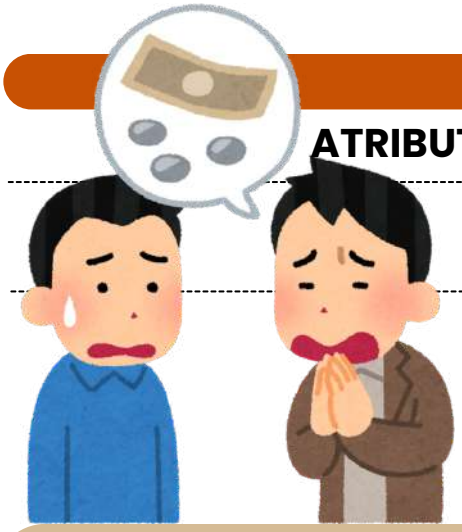
PINGA COM LIMÃO

EFICÁCIA PLENA
EFICÁCIA CONTIDA
EFICÁCIA LIMITADA



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA



ATENÇÃO! Esses atributos são apontados pela doutrina!

Os **atributos do poder de polícia** são características essenciais que definem a **natureza** e o **escopo** desse poder administrativo. Existem **três atributos principais** do poder de polícia, que são:

1 Discricionariedade

O poder de polícia é exercido com certa margem de **discricionariedade** por parte da administração pública. Isso significa que as **autoridades têm a capacidade de tomar decisões e adotar medidas de acordo com a situação específica**, desde que se mantenham dentro dos **limites legais** e dos **princípios** que regem a ação administrativa.

2 Coercibilidade

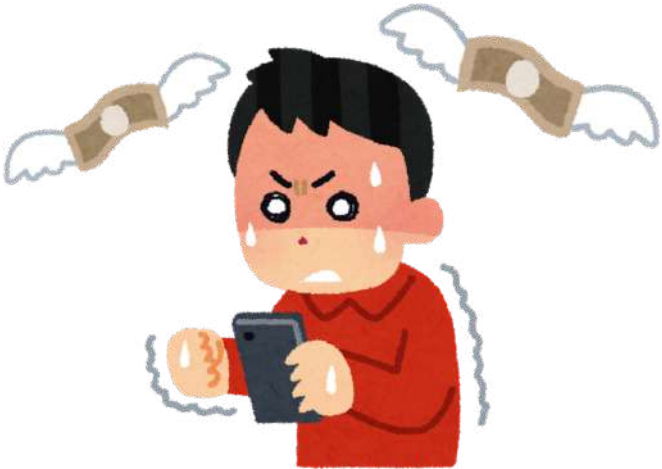
O poder de polícia permite que a **administração use medidas coercitivas** para fazer **cumprir as regulamentações e restrições estabelecidas.** Isso pode envolver a aplicação de sanções, multas, embargos ou outras ações coercitivas para garantir a conformidade com as regras e proteger o interesse público.

3 Autoexecutoriedade

A característica de **autoexecutoriedade** implica que, em geral, **não é preciso submeter previamente os atos administrativos ao Poder Judiciário** antes de executá-los. Em outras palavras, graças a essa **autoexecutoriedade,** a administração pública tem a capacidade de aplicar diretamente às pessoas o conteúdo de seus atos administrativos, sem requerer autorização judicial prévia.



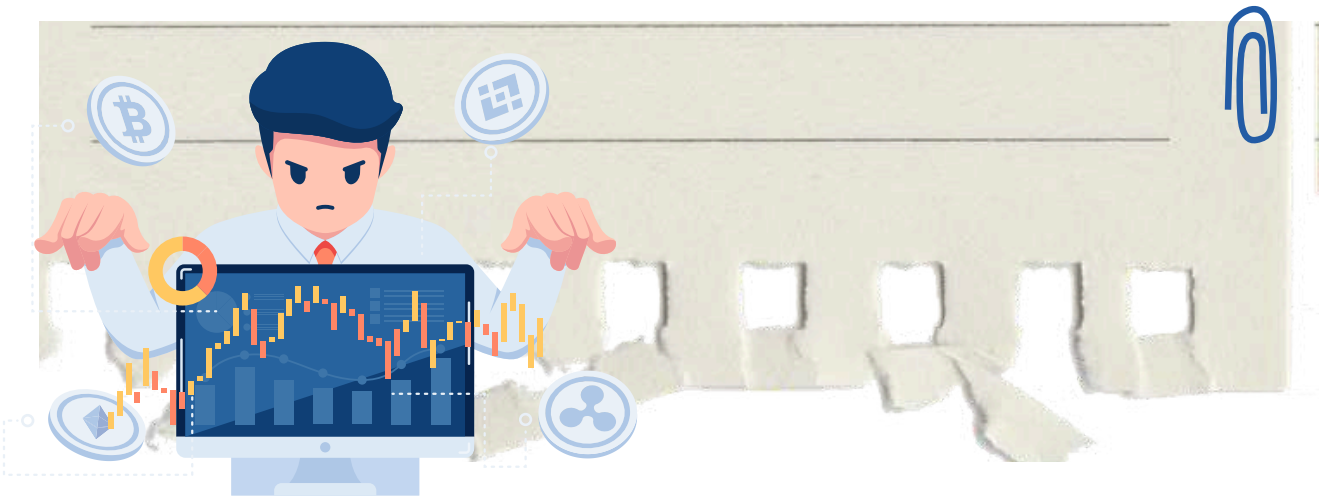
Esses atributos garantem que o **poder de polícia seja uma ferramenta eficaz para o governo regular** e **controlar** as **atividades individuais de maneira apropriada**, com base em critérios legais e com o propósito de alcançar o interesse coletivo e a harmonia social.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I



O controle da Administração Pública refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos pelos quais são avaliadas e fiscalizadas as atividades e condutas dos órgãos, agentes e entidades que compõem a administração estatal. O objetivo primordial desse controle é assegurar que a Administração Pública atue de acordo com os princípios legais, éticos e constitucionais, promovendo a transparência, a eficiência, a legalidade e a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

Conforme observarão, a administração pública está sujeita a ser fiscalizada por entidades pertencentes a todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), em várias etapas de suas atividades, as quais podem abranger diversos aspectos da sua atuação.

Vamos agora **categorizar as modalidades** de controle?

ÓRGÃO CONTROLADOR

Controle poderá ser administrativo, legislativo ou judicial.

ASPECTO CONTROLADO

O controle poderá ser de legitimidade/legalidade ou ainda de mérito.

MOMENTO DE EXERCÍCIO

Controle poderá ser prévio, concomitante ou posterior.

ORIGEM

Controle poderá ser interno, externo e popular.

AMPLITUDE

Controle poderá ser hierárquico e finalístico.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A dispensa ocorre quando **a lei permite não realizar licitação**, mesmo havendo **possibilidade** de **competição**.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os **casos em que a licitação é dispensável**

Pequenos valores

Para **obras e serviços de engenharia:** 💰 **até R$ 130.984,20**

- ⚠️ **CUIDADO:** esse limite n**ão autoriza dividir artificialmente** uma contratação maior em **várias despesas menores.** O fracionamento indevido da despesa para enquadrar a contratação na dispensa é irregular.
- Para as **demais compras e serviços:** 💰**até R$ 65.492,11**
- ⚠️ **ATENÇÃO:** o valor deve ser corretamente apurado, observando as regras legais para evitar **fracionamento indevido** da despesa e utilização irregular da contratação direta.

Contratações de grande vulto 🏗️**: R$ 261.968.421,04.**

Serviços técnicos especializados🧠**:** valor de **R$ 392.952,63.**

⚠️ O dispositivo está relacionado à **realização de concurso** para determinados serviços técnicos especializados, ressalvadas as hipóteses de **inexigibilidade**.

Produtos destinados à pesquisa e desenvolvimento (P&D) 🔬**: R$ 392.952,63.**

⚠️Nesse caso, o valor está relacionado à dispensa de documentos de habilitação, e não a um **limite geral de dispensa de licitação.**

P&D e entrega imediata 🚀 **Nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento:** valor de **R$ 392.952,63.**

⚠️ Aqui temos uma hipótese específica de **dispensa de licitação**, observados os requisitos estabelecidos pela própria Lei.

Manutenção de veículos 🚗 **: R$ 10.478,74 por veículo** para que essas contratações não sejam consideradas no cálculo da despesa previsto no art. 75, § 1º.

Pequenas compras de pronto pagamento 💳 **:** Para pequenas compras ou serviços de pronto pagamento, o limite é de **R$ 13.098,41.**

Convênios e instrumentos congêneres🤝**:** R$ 1.646.430,90.

⚠️Esse valor funciona como referência para aplicação do **regime simplificado** previsto no dispositivo, não como limite geral para celebração desses instrumentos.

🪖 **Situações estratégicas e emergenciais:**

- A licitação pode ser dispensada nos **casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal** ou **grave perturbação da ordem.**
- A dispensa é admitida quando houver **urgência** capaz de causar **prejuízo** ou **comprometer a continuidade dos serviços públicos** ou a **segurança de pessoas e bens.** A contratação deve ficar restrita ao necessário para enfrentar a situação emergencial ou calamitosa.





EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA
(PRAZO MÁX. 1 ANO, SEM PRORROGAÇÃO) 🌪️

1

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS III

SANÇÕES NA LGPD



Conforme disposto no Artigo 52, a aplicação dessas sanções é **discricionária**, levando-se em consideração a **gravidade da infração**, e é realizada pela **agência Nacional de Proteção de Dados** (ANPD).

As **sanções previstas** são as seguintes:

- Advertência.
- Multa simples, que pode chegar a até **2% do faturamento da empresa**, limitada a R$50.000.000,00 por infração.
- Multa diária, também **limitada** a R$50.000.000,00.
- **Publicitação** da infração.
- **Bloqueio** dos **dados pessoais**.
- **Eliminação** dos dados pessoais.

X - **Suspensão parcial** do funcionamento do banco de dados por 6 meses.
XI- **Suspensão do tratamento de dados pessoais** por 6 meses.
XII -**Proibição parcial ou total** de efetuar tratamento dos dados.

AS SANÇÕES SERÃO IMPOSTAS APÓS UM **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** QUE PERMITA A OPORTUNIDADE DE AMPLA DEFESA, DE MANEIRA GRADUAL, ISOLADA OU CUMULATIVAMENTE.



§ 6° As sanções previstas nos incisos X, XI e XII do caput deste artigo serão aplicadas:

- I. Somente após ao menos uma das sanções mencionadas nos incisos II, III, IV, V e VI do caput deste artigo ter sido **imposta** para o **mesmo caso concreto**;
- II. Em caso de **controladores submetidos a outros órgãos e entidades com competências sancionatórias**, sendo necessária a audição desses órgãos.

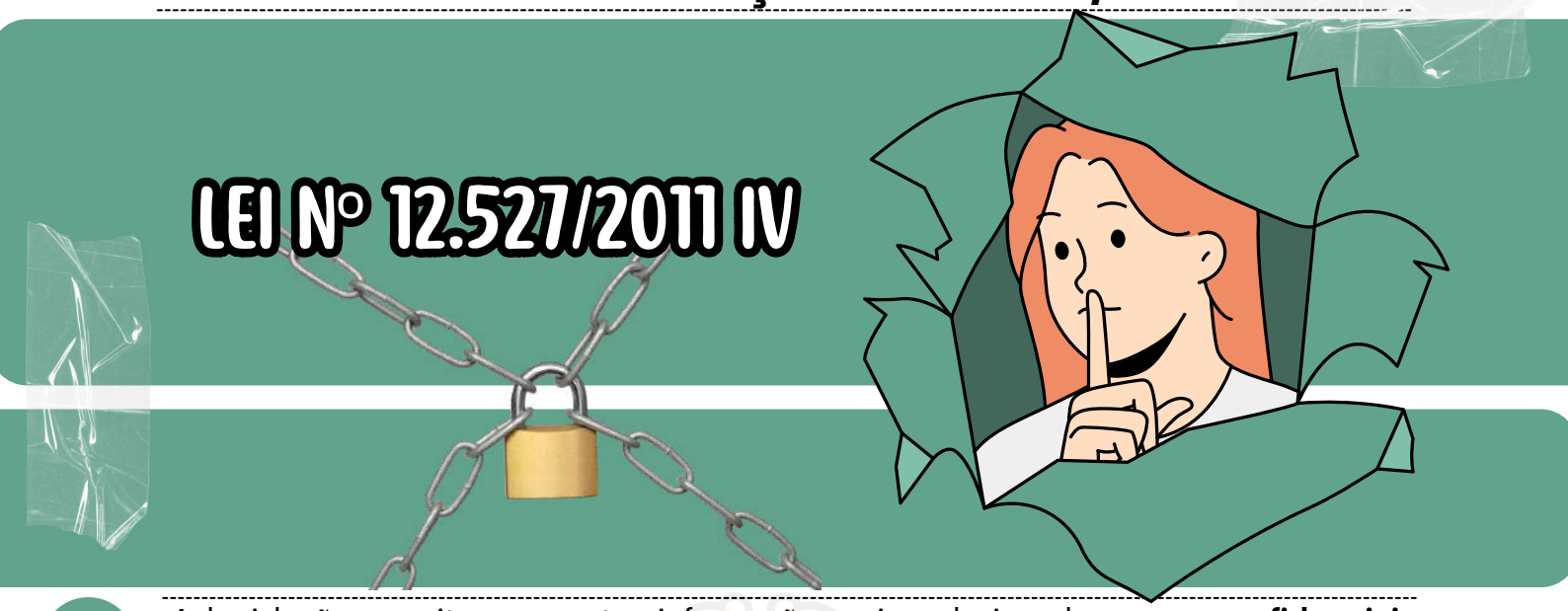
§ 7° Os vazamentos individuais ou acessos **não autorizados** mencionados no caput do art. 46 desta Lei podem ser **objeto de conciliação direta entre o controlador e o titular dos dados**.

CASO **NÃO HAJA ACORDO**, O CONTROLADOR ESTARÁ **SUJEITO** À **APLICAÇÃO** DAS **PENALIDADES** DESCRITAS NESTE ARTIGO.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

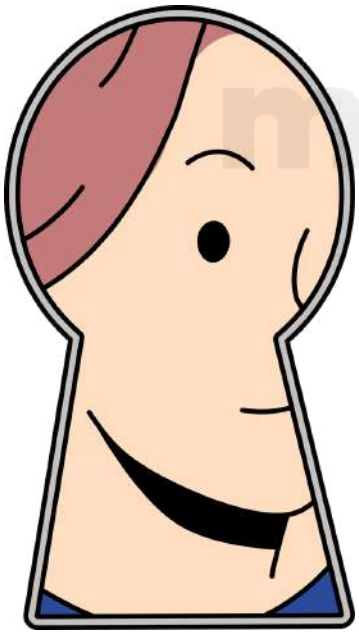
ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar** a **segurança nacional**, a **defesa**, ou as r**elações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto, secreto, reservado**.





ULTRASSECRETO:
Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo** de **confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:
Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**.

RESERVADO:
Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**.

- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA
DOMICÍLIO II



- **Domicílio Voluntário:** É aquele **escolhido pela pessoa natural** como sua **residência**, conforme o artigo 74 do Código Civil.

A MUDANÇA DESSE DOMICÍLIO É PERMITIDA E PODE OCORRER MEDIANTE **MANIFESTAÇÃO** DE **VONTADE**.



- **Domicílio Necessário:** Também conhecido como **domicílio legal ou compulsório**, é estabelecido por lei em razão de determinadas circunstâncias da pessoa. Alguns exemplos são:



PARA **INCAPAZES**, O DOMICÍLIO SERÁ O DO **REPRESENTANTE** OU **ASSISTENTE LEGAL**.



PARA **PRESOS**, É O **LUGAR** ONDE **CUMPREM** SUA **CONDENAÇÃO** DEFINITIVA.



PARA **TRIPULANTES** DE **NAVIOS**, É O **LOCAL** ONDE O **NAVIO** ESTÁ **MATRICULADO** OU **ANCORADO**.



PARA **SERVIDORES PÚBLICOS**, É O LOCAL ONDE **EXERCEM SUAS ATIVIDADES**.



PARA **MILITARES**, É O **LOCAL** ONDE **SERVEM**.

- **Domicílio Aparente:** Estabelecido pelo artigo 73 do Código Civil, é **atribuído** à **pessoa que não possui residência habitual**.

NESSE CASO, CONSIDERA-SE **DOMICÍLIO** O **LUGAR ONDE A PESSOA FOR ENCONTRADA**.

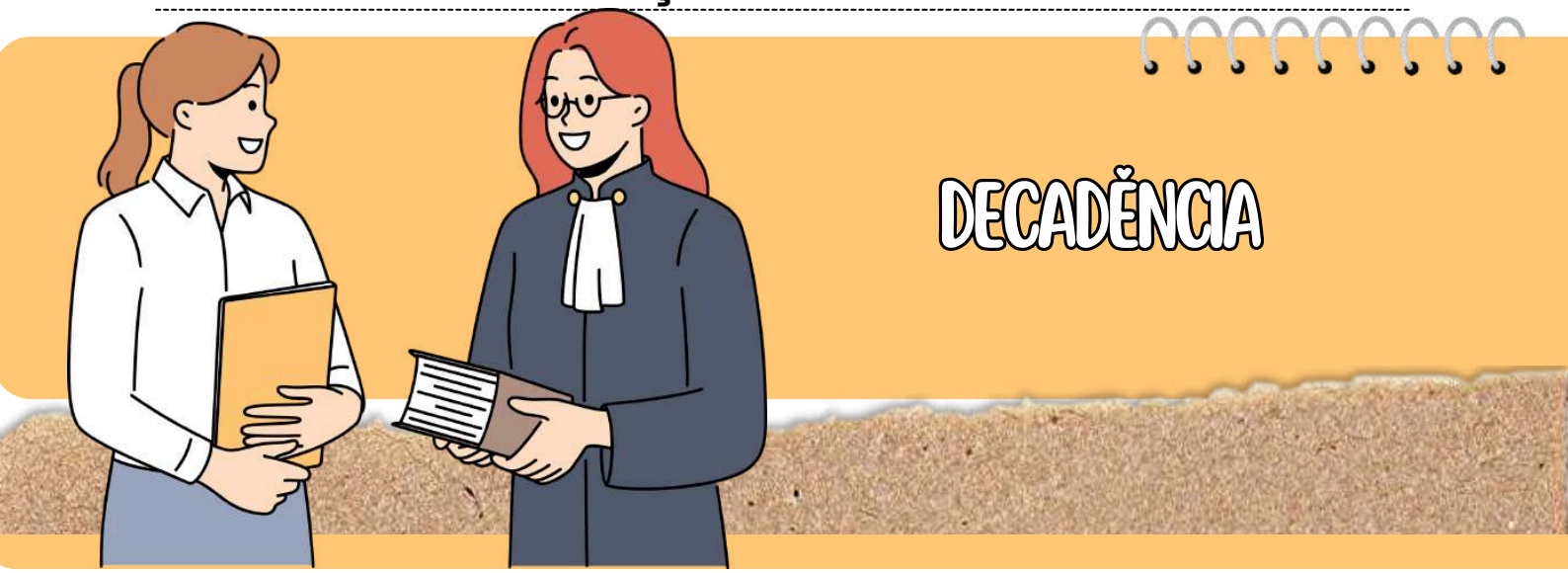


clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA III



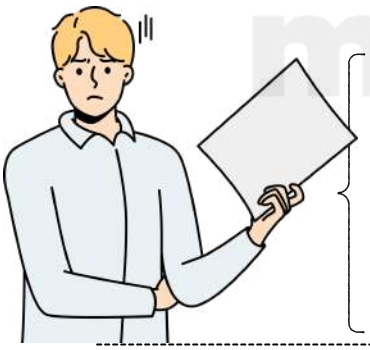
A decadência implica na **perda definitiva do próprio direito**, afetando sua essência, especialmente quando relacionado a direitos **potestativos**.

AO CONTRÁRIO DA PRESCRIÇÃO, A **DECADÊNCIA** PODE SER **ACORDADA** PELAS **PARTES ENVOLVIDAS** E PODE SER **ALEGADA** EM **QUALQUER MOMENTO.**

No entanto, seu reconhecimento em um Tribunal Superior requer que a questão tenha sido previamente discutida em instâncias inferiores, mesmo que sobre assuntos diversos.

O Código Civil traz disposições **específicas** sobre a **decadência**:

SALVO DISPOSIÇÃO LEGAL EM CONTRÁRIO, **NÃO SE APLICAM À DECADÊNCIA** AS NORMAS QUE **IMPEDEM**, **SUSPENDEM** OU **INTERROMPEM** A **PRESCRIÇÃO**.



- O artigo 209 declara **nula** qualquer **renúncia** à **decadência** estabelecida em lei.
- O artigo 210 estabelece que o juiz deve reconhecer a decadência, de **ofício**, quando estabelecida por lei.
- O artigo 211 estabelece que se a decadência for convencional, a parte beneficiada pode **alegá-la em qualquer instância judicial**, mas o juiz não pode suprir essa alegação.

PRAZOS DECADENCIAIS

ESPALHADOS PELO CC – FORA DOS ARTS. 205 E 206, CC



- **PRAZO PARA ANULAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO** → **2 ANOS**
- **VÍCIO DE CONSENTIMENTO E FRAUDE CONTRA CREDORES** → **4 ANOS**
- **VICIOS REDIBITÓRIO** → **COISA MÓVEL 30 DIAS**; **COISA IMÓVEL 1 ANO**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONTRATOS III

CONTRATOS

VÍCIOS REDIBITÓRIOS E EVICÇÃO I



Art. 441, CC.
A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor. Aplicando-se também às doações onerosas.

O que isso **significa**?



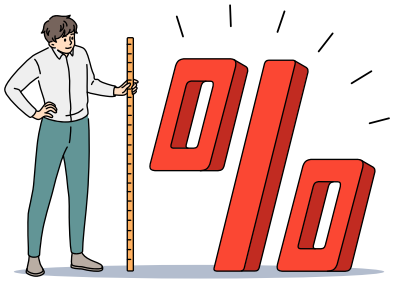
- **Vícios Ocultos:** São **defeitos** que **não** são **aparentes** e que o adquirente não poderia descobrir facilmente no momento da aquisição. Esses defeitos tornam a coisa imprópria para o uso ao qual se destina ou diminuem significativamente seu valor.
- **Contrato Comutativo**: É um contrato em que ambas as partes têm **obrigações equivalentes**, como uma compra e venda.
- **Doações Onerosas: Doações** que **impõem encargos ao donatário**.

MESMO NESSES CASOS, A **REGRA DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS SE APLICA**.

CONSEQUÊNCIAS:

Se uma coisa adquirida apresenta **vícios redibitórios**, o **adquirente** tem o **direito** de:

1. **Redibir a coisa: Devolver** a coisa e **receber** o **reembolso** do valor pago.
2. **Abater o preço: Ficar** com a coisa e **pedir** um **desconto proporcional** no preço.



EX. SE ALGUÉM COMPRA UM CARRO E, APÓS ALGUM TEMPO, DESCOBRE QUE O MOTOR TEM UM DEFEITO QUE NÃO FOI INFORMADO E QUE IMPEDE SEU USO ADEQUADO, ESSA PESSOA PODE RECLAMAR PELOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS.

Além dos prazos específicos para a reclamação de vícios redibitórios, há também o **prazo da garantia legal**, que é o tempo em que o **vendedor** é **responsável** por **defeitos ocultos**.

ESSE PRAZO É DE **30 DIAS PARA PRODUTOS NÃO DURÁVEIS** E **90 DIAS PARA PRODUTOS DURÁVEIS**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DA COMPETÊNCIA INTERNA I



COMPETÊNCIA I

A competência do juiz é determinada no momento em que a **petição inicial é registrada** ou **distribuída**. Alterações posteriores no estado de fato ou de direito não influenciam essa competência, a menos que resultem na **supressão do órgão judiciário** ou **modifiquem a competência absoluta**.

- Se a **União** ou **suas entidades** intervenham em um processo tramitando em outro juízo, os autos devem ser remetidos ao **juízo federal competente**, com exceções para:

INSOLVÊNCIA CIVIL;



ACIDENTE DE TRABALHO;



AÇÕES DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL;



FALÊNCIA;





E AÇÕES SUJEITAS À JUSTIÇA ELEITORAL E TRABALHISTA.

OS AUTOS **NÃO SERÃO TRANSFERIDOS** SE HOUVER UM **PEDIDO QUE SEJA DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO** ONDE A AÇÃO FOI INICIALMENTE PROPOSTA.

Se não for admitida a cumulação de pedidos por falta de competência, o juiz **não examinará o mérito** dos pedidos em que haja interesse da União ou suas entidades.



O **juízo federal devolverá os autos ao juízo estadual** sem suscitar conflito se a entidade federal que motivou a remessa for **excluída do processo**.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS IV



CHAMAMENTO AO PROCESSO

O chamamento ao processo é uma figura jurídica que permite que o réu, em determinadas situações específicas, **requisite a participação de terceiros na ação**.

Situações de **Chamamento** ao **Processo:**

- **Chamamento do Afiançado:** O réu pode solicitar a **inclusão do afiançado** no processo quando o fiador for réu na ação.
- **Chamamento dos Demais Fiadores:** O réu pode requerer a **inclusão dos demais fiadores** no processo quando a ação for proposta contra um ou alguns deles.
- **Chamamento dos Demais Devedores Solidários:** Quando o credor exige o **pagamento da dívida comum** de um ou **alguns dos devedores solidários**, o réu pode solicitar a inclusão dos demais no processo.

- A CITAÇÃO DOS CHAMADOS AO PROCESSO DEVE SER **SOLICITADA PELO RÉU** NA CONTESTAÇÃO E DEVE SER REALIZADA DENTRO DO **PRAZO DE 30 DIAS**, SOB PENA DE O CHAMAMENTO PERDER EFEITO.

SE O CHAMADO RESIDIR EM OUTRA JURISDIÇÃO OU LOCAL DESCONHECIDO, **O PRAZO É ESTENDIDO PARA 2 MESES**.

- SE A SENTENÇA FOR FAVORÁVEL AO RÉU QUE PAGOU A DÍVIDA, ELA SERVIRÁ COMO **TÍTULO EXECUTIVO** PARA QUE ESSE RÉU POSSA EXIGIR O PAGAMENTO TOTAL DA DÍVIDA DO DEVEDOR PRINCIPAL OU DE CADA UM DOS DEVEDORES SOLIDÁRIOS, DE ACORDO COM A PROPORÇÃO DE SUA RESPONSABILIDADE.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

FORMAS DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO I



INTERRUPÇÃO X SUSPENSÃO

DICA PARA **MEMORIZAR**!

- Na **IN**terrupção - **IN**clui salário e **IN**clui contagem do tempo de serviço.
- Na **S**uspensão - **S**em trabalho, **S**em salário e **S**em contagem de serviço.

A interrupção e a suspensão são dois mecanismos que impedem a rescisão do contrato de trabalho.

Durante a interrupção, a empresa continua a pagar o salário do funcionário, e esse período é considerado como tempo de serviço.

EXEMPLOS DE INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO SÃO FÉRIAS, DSR E AFASTAMENTO POR DOENÇA NOS PRIMEIROS 15 DIAS.

- Por outro lado, na **suspensão**, o funcionário **não recebe salário pelo tempo inativo**, e esse período **não é contabilizado como tempo de serviço**.
- Situações que levam à suspensão do contrato de trabalho incluem faltas injustificadas, períodos de greve, entre outros.

ENTRETANTO, EM TERMOS CONCEITUAIS, A **SUSPENSÃO DIFERE DA INTERRUPÇÃO**. NA SUSPENSÃO, **NÃO HÁ PAGAMENTO DE SALÁRIOS** NEM CONTAGEM DO PERÍODO DE PARALISAÇÃO NO TEMPO DE SERVIÇO DO FUNCIONÁRIO, MAS HÁ **EXCEÇÕES**: ACIDENTE/DOENÇA DE TRABALHO E SERVIÇO MILITAR.

AO PASSO QUE, NA **INTERRUPÇÃO**, OS **SALÁRIOS SÃO PAGOS** E O PERÍODO CORRESPONDENTE É CONSIDERADO COMO TEMPO DE SERVIÇO.

- No caso do serviço militar, temos três situações: o **cumprimento das obrigações do Serviço Militar,** conforme o artigo 473, VI da CLT, combinado com o artigo 65, alínea "c" da Lei do Serviço Militar para a **apresentação anual do reservista** é considerado uma situação de interrupção do contrato de trabalho.
- Já o **serviço militar obrigatório** mencionado no artigo 472 da CLT e nos artigos 16 e 60 da Lei do Serviço Militar **constitui uma situação de suspensão do contrato de trabalho**. Quando o empregado é convocado para manobras, exercícios, manutenção da ordem interna ou guerra e opta entre:

a) receber as gratificações regulares das Forças Armadas – **suspensão**
b) receber a remuneração pelo empregador no padrão de 2/3 – **interrupção**.



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

REMUNERAÇÃO E SALÁRIO VI

ADICIONAIS SALARIAIS

ADICIONAL
INSALUBRIDADE I

Adicional de insalubridade é o benefício pago ao trabalhador que está e**xposto a um ambiente laboral potencialmente nocivo** em **pequeno (10%)**, **médio (20%)** ou **máximo (40%) grau**.

Para a obtenção do adicional de insalubridade, há necessidade de preencher 2 requisitos:

- **Atividade nociva** deverá ser constatada via **perícia** por profissional habilitado, médico ou engenheiro do trabalho.
- É necessário que o agente nocivo à saúde esteja **incluído na relação oficial** do MTE.

Como saber se o **adicional** de **insalubridade** é **devido**?

- A Norma Reguladora nº 15 e seus anexos, aprovados pela Portaria nº 3.214/78, listam os **possíveis motivos para a insalubridade**, que incluem:
- Ruídos contínuos ou intermitentes;
- Exposição ao calor ou ao frio excessivos;
- Radiações ionizantes e não ionizantes;
- Condições hiperbáricas;
- Vibrações;
- Umidade;
- Poeiras minerais;
- Agentes químicos e biológicos;
- Benzeno.



ESTÁ CORRETO, NO ENTANTO, A **PRESENÇA DE UM OU MAIS DESSES FATORES** NA ROTINA DO TRABALHADOR **NÃO É SUFICIENTE PARA CARACTERIZAR UM AMBIENTE DE TRABALHO INSALUBRE.**



Súmula Vinculante nº 4 do STF: Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – DECRETO-LEI Nº 5.452/1943

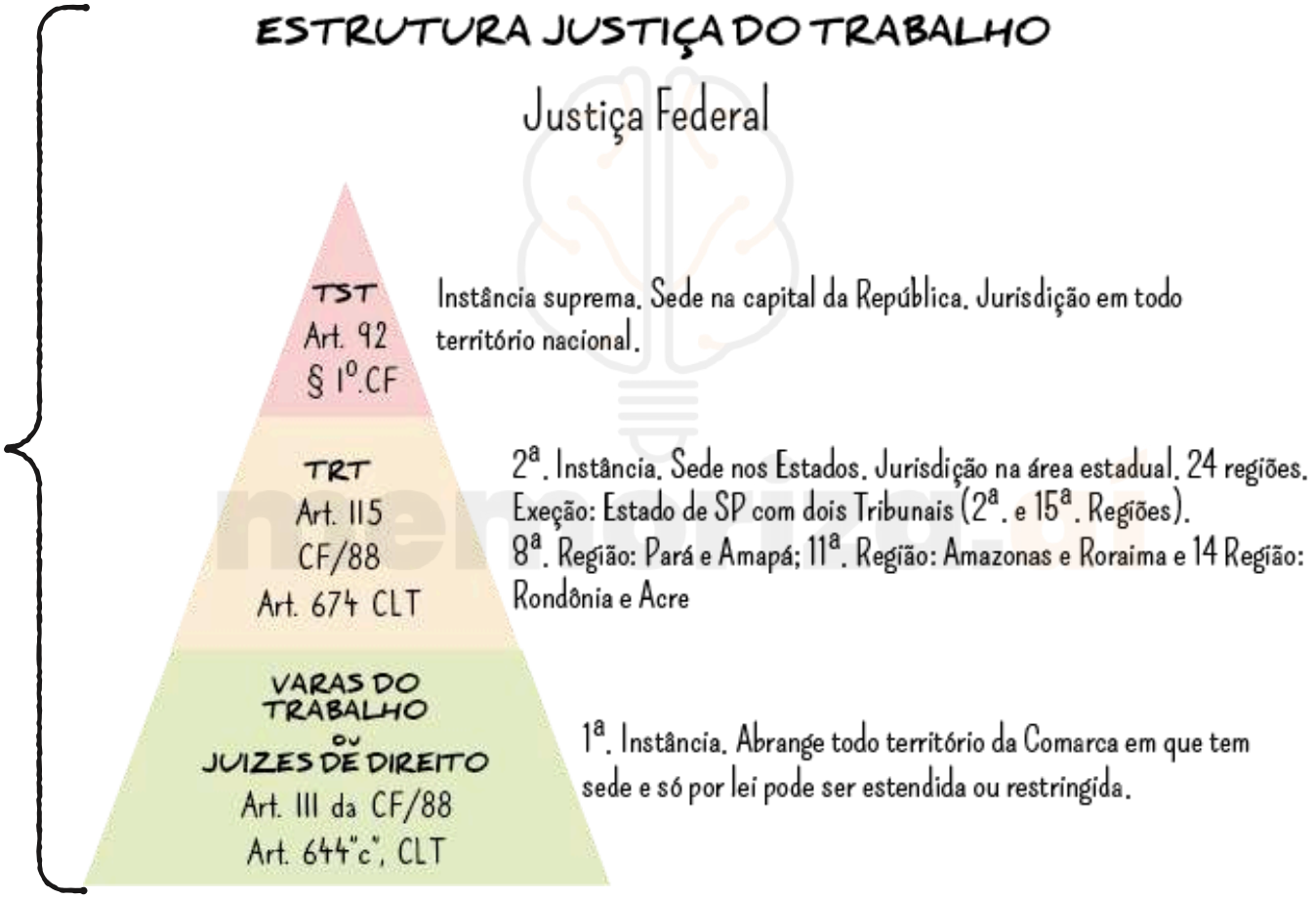
ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA TRABALHISTA



A **tríade organizacional** é composta pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e pelas varas ordinárias, onde atuam os juízes de primeira instância.

A Constituição Federal, em seu artigo 114, delineia as **competências originárias** da Justiça do Trabalho.

Para exemplificar o cenário atual, segue abaixo a **representação** em forma de pirâmide:

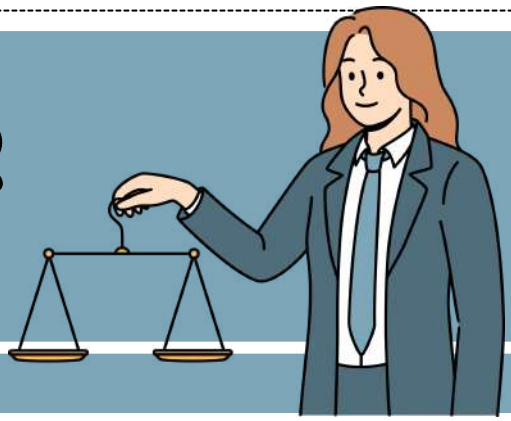


clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – DECRETO-LEI Nº 5.452/1943

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO



O Tribunal Superior do Trabalho (TST), localizado em Brasília-DF e com jurisdição em todo o território nacional, é a instância máxima da Justiça do Trabalho, conforme estabelece o artigo 111, inciso I, da Constituição da República.

SUA FUNÇÃO PRIMÁRIA É UNIFORMIZAR A JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA BRASILEIRA.

Nos casos que lhe são atribuídos, o TST organiza-se em **turmas** e **seções especializadas**, responsáveis pela **conciliação** e **julgamento** de **dissídios coletivos** de natureza econômica ou jurídica, bem como de **dissídios individuais**.



A composição do TST é de **vinte e sete Ministros**, selecionados entre brasileiros com **idade superior a trinta e cinco anos** e **inferior a setenta anos**. Esses Ministros são **nomeados** pelo **Presidente da República**, após a aprovação da maioria absoluta do **Senado Federal**.

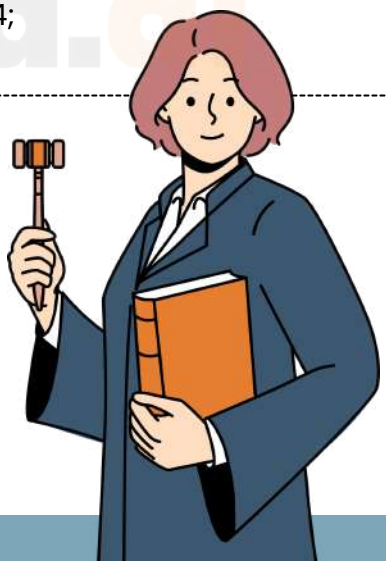


A escolha segue os **seguintes critérios:**



- I - **um quinto** dos Ministros deve ser composto por **advogados** com mais de d**ez anos de experiência profissional** e por membros do **Ministério Público do Trabalho** com mais de **dez anos de exercício efetivo**, conforme o disposto no artigo 94;

- II - os **demais Ministros** são selecionados entre **juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho**, oriundos da carreira da **magistratura**, sendo **indicados pelo próprio Tribunal Superior**.



clique aqui para conhecer o material completo

ANALISTA (ÁREA JUDICIÁRIA – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL)

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são formas de garantir que as leis não mudem para prejudicar coisas já estabelecidas.

GARANTEM a *irretroatividade das leis.*

LEMBRE-SE!

Essa irretroatividade, entretanto, não é absoluta. O Estado pode editar leis retroativas, **desde que beneficiem os indivíduos**, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior.

definição dos **conceitos**

O **direito adquirido:** aquele que está incorporado ao patrimônio do particular, uma vez que foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela legislação vigente.

exemplo:

se você cumprir todos os requisitos para se aposentar sob a vigência de uma lei X. Após cumpridas as condições de aposentadoria, mesmo que seja criada lei Y com requisitos mais gravosos, você terá direito adquirido a se aposentar.





O **ato jurídico perfeito:** aquele que reúne todos os elementos fundamentais exigidos pela lei.

exemplo:

Utilize-se como exemplo um contrato celebrado hoje, sob a influência de uma lei X.





A **coisa julgada:** aquela decisão judicial da qual não há mais recurso.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DIREITOS POLÍTICOS – PARTE VII

CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA

A **capacidade eleitoral passiva** refere-se ao **direito de ser votado e ser elegível para cargos públicos**. Para que um indivíduo possa **adquirir a capacidade eleitoral passiva**, é **necessário que ele atenda aos requisitos estipulados pela Constituição** para a elegibilidade, além de **não se enquadrar em nenhuma das circunstâncias de inelegibilidade**, que são situações que impedem o exercício da capacidade eleitoral passiva.

Vamos ver quais são os requisitos de elegibilidade?

SÃO **CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE**

Esses incisos costumam ser cobrados em sua literalidade. Memorize-o!

§ 3° - São condições de elegibilidade, na forma da lei:
I - a nacionalidade brasileira;
II - o pleno exercício dos direitos políticos;
III - o alistamento eleitoral;
IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
V - a filiação partidária;
VI - a idade mínima de:

35
TRINTA E CINCO ANOS
para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

30
TRINTA ANOS
para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

21
VINTE E UM ANOS
Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice Prefeito e juiz de paz;

18
DEZOITO ANOS
para Vereador.

Previsão constitucional: Art.14, §3°, CF.

LEMBRE-SE!

A elegibilidade **somente será possível pelo cumprimento cumulativo de todos os requisitos** acima relacionados.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - PARTE V

> LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

Previsão constitucional: Art. 5°, LXXI, CF.

MANDADO DE INJUNÇÃO

O que, afinal é injunção?

O mandado de injunção **é uma ordem para criar uma lei** que aplique os direitos contidos na Constituição. Esse remédio constitucional **pretende suprir a falta de uma lei** que garanta o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das garantias relativas à nacionalidade.

Isso se deve ao fato de que, quando uma lei infraconstitucional (lei de menor força que a Constituição) não é editada ou complementada, o exercício desses direitos pode ser limitado ou mesmo impedido na pratica.

exemplo prático de como **funciona o mandando de injução**

A Constituição Federal, por exemplo, **assegura o direito à educação**. No entanto, este direito **é concretizado e posto em prática através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. Logo, é por meio da LDB que o direito à educação prometido em nossa Constituição é cumprido.



Se a LDB **não existisse e o direito à educação não fosse implementado**, seria possível **solicitar um mandado de injunção** para que, por meio de uma notificação do Poder Judiciário, o Poder Legislativo pudesse deixar de se omitir e **criar uma lei que cumprisse a promessa constitucional.**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO I

A responsabilidade civil do Estado refere-se à **obrigação legal que o Estado tem de reparar os danos causados a terceiros em virtude das ações ou omissões de seus agentes, serviços públicos ou políticas públicas**.

Em outras palavras, quando o Estado, por meio de seus funcionários, serviços ou decisões, causa prejuízo a indivíduos ou entidades, ele pode ser responsabilizado e obrigado a indenizar as vítimas pelos danos sofridos.

Todas as pessoas **de direito público respondem objetivamente** pela ação de seus agentes (conduta comissiva).

Existem **dois principais tipos de responsabilidade civil** do Estado, vamos conhecer?

RESPONSABILIDADE OBJETIVA (OU TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO)

Nesse tipo de responsabilidade, **o Estado é considerado responsável pelos danos causados, independentemente de haver culpa por parte dos agentes públicos**. Basta que **seja demonstrada a relação de causa e efeito entre a ação ou omissão do Estado e o dano sofrido pela vítima**. O fundamento para essa responsabilidade é o risco inerente às atividades estatais, uma vez que o Estado detém o monopólio do uso da força e exerce diversas funções em benefício da sociedade.

RESPONSABILIDADE SUBJETIVA (OU TEORIA DA CULPA)

Nesse tipo de responsabilidade, **a vítima precisa provar não apenas a relação de causa e efeito entre o dano e a ação do Estado, mas também a existência de culpa ou dolo por parte dos agentes públicos.** Ou seja, é necessário demonstrar que houve negligência, imprudência ou imperícia por parte do Estado ou de seus agentes para que a responsabilidade seja configurada.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A dispensa ocorre quando **a lei permite não realizar licitação**, mesmo havendo **possibilidade** de **competição**.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os **casos em que a licitação é dispensável**

Contratações internas e institucionais:

- Compra de bens/serviços de órgãos públicos criados para esse fim 🏛️
- Intervenção no domínio econômico 💹
- Contrato de programa com ente federativo 🤝
- Transferência de tecnologia para produtos estratégicos do SUS 🏥
- Profissional técnico para comissão avaliadora 🧠
- Associação sem fins lucrativos de pessoas com deficiência ♿
- Instituição brasileira sem fins lucrativos para ensino, pesquisa e inovação 🎓
- Fundação que produz insumos estratégicos para saúde 🧪
- Entidade sem fins lucrativos para cisternas e acesso à água 💧
- Entidade sem fins lucrativos para Cozinha Solidária 🍲

📑 DETALHES IMPORTANTES

- **Valores** → somatório anual por unidade gestora e por objeto semelhante.
- **Consórcios públicos/agências executivas** → limites dobrados.



Preferência: publicar aviso no site oficial por mín. 3 dias úteis para receber propostas.

Preferência: pagamento via cartão de pagamento (extrato no PNCP).



OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA P&D → SEGUEM REGULAMENTO ESPECIAL.



Emergência = manter serviço público + seguir valores de mercado.

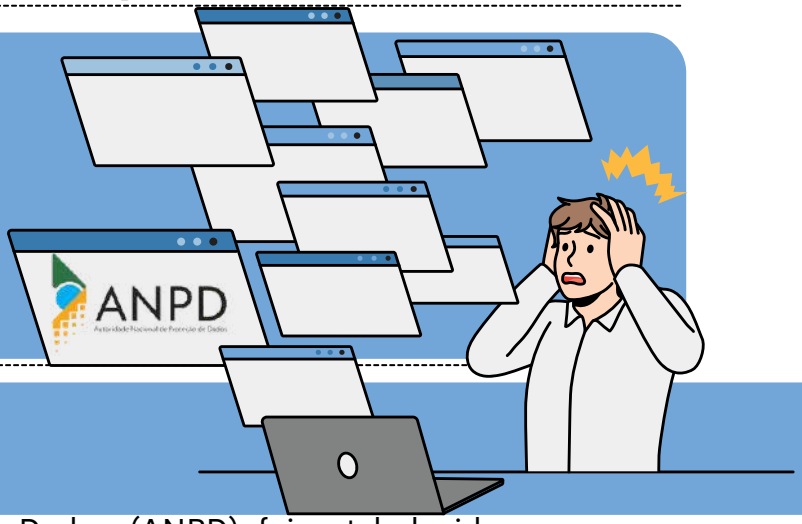


clique aqui para conhecer o material completo

DICA

AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)



A agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi estabelecida como uma **autarquia de natureza especial** dotada de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal.

Sua função é **garantir, implementar e supervisionar** a conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** em todo o **território nacional**.

Art. 55-C: A ANPD é **constituída** por:

- I. Conselho Diretor, o **órgão máximo de direção**;
- II. Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
- III. Corregedoria;
- IV. Ouvidoria;
- V-A. Procuradoria;
- VI. Unidades administrativas e unidades especializadas necessárias para a aplicação dos dispositivos desta Lei.

ART. 55-D: O **CONSELHO DIRETOR** DA ANPD SERÁ COMPOSTO POR **CINCO DIRETORES**, **INCLUINDO** O DIRETOR-PRESIDENTE.



- O mandato dos membros do Conselho Diretor será de **4 (quatro) anos.**
- Os mandatos dos primeiros membros do Conselho Diretor nomeados serão distribuídos em períodos de **2 (dois), 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis) anos**, conforme estabelecido no ato de nomeação.
- Em caso de **vacância** do cargo durante o mandato de um membro do Conselho Diretor, o período restante será completado pelo seu **sucessor**.

ART. 55-E: OS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR PODEM PERDER SEUS CARGOS **APENAS POR RENÚNCIA, CONDENAÇÃO JUDICIAL DEFINITIVA OU DEMISSÃO** DECORRENTE DE (PAD) PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 III

LEI Nº 12.527/2011 III



Se a **informação estiver disponível**, deve ser **providenciada imediatamente** ao requerente.

RESPOSTA AO SOLICITANTE:
O órgão ou entidade pública deve responder ao solicitante dentro do prazo estabelecido, disponibilizando a informação solicitada, negando o acesso (se protegida por sigilo legal) ou informando sobre a inexistência da informação.

PRAZO DA RESPOSTA:
Conforme a Lei de Acesso à Informação, o órgão público tem até **20 dias** para fornecer a resposta ao solicitante, podendo ser prorrogado por mais **10 dias em situações excepcionais**, devidamente justificadas.

RECURSO:
Caso haja insatisfação com a resposta ou ausência dela, o solicitante pode recorrer ao órgão que recebeu o pedido, dentro de **10 dias** a partir da resposta ou do término do prazo estipulado.

TRANSPARÊNCIA ATIVA:
Além dos pedidos de informação, os órgãos públicos devem divulgar proativamente informações de interesse público pela internet, promovendo a transparência ativa.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PESSOA NATURAL E DIREITOS DA PERSONALIDADE III



EMANCIPAÇÃO

Refere-se a um ato jurídico que **adianta os efeitos da plena capacidade civil**, da maioridade.

- Conforme o Código Civil, a menoridade **termina** ao **completar dezoito anos**, quando a pessoa se torna capaz de realizar todos os atos da vida civil.

Cessará, para os **menores**, a **incapacidade:**



- A INCAPACIDADE DOS MENORES PODE SER ENCERRADA PELA **AUTORIZAÇÃO DOS PAIS**, OU DE UM DELES NA AUSÊNCIA DO OUTRO, POR MEIO DE **DOCUMENTO PÚBLICO**, SEM A NECESSIDADE DE APROVAÇÃO JUDICIAL (EMANCIPAÇÃO **VOLUNTÁRIA**);
- OU POR **DECISÃO DO JUIZ**, APÓS **CONSULTA AO TUTOR**, SE O MENOR TIVER **DEZESSEIS ANOS COMPLETOS** (EMANCIPAÇÃO **JUDICIAL**);



- PELO **CASAMENTO** (EMANCIPAÇÃO **LEGAL**);
- PELO **EXERCÍCIO** DE **EMPREGO PÚBLICO EFETIVO** (EMANCIPAÇÃO **LEGAL**);



- PELA **ABERTURA** DE UM **ESTABELECIMENTO CIVIL OU COMERCIAL**, OU PELA EXISTÊNCIA DE UMA **RELAÇÃO EMPREGATÍCIA**, DESDE QUE, POR MEIO DELES, O MENOR DE DEZESSEIS ANOS COMPLETOS TENHA SUA **PRÓPRIA RENDA** (EMANCIPAÇÃO **LEGAL**).
- PELA OBTENÇÃO DE **DIPLOMA EM CURSO DE ENSINO SUPERIOR** (EMANCIPAÇÃO **LEGAL**);



ENUNCIADO 530 DO CJF.
A emancipação, por si só, não elide a incidência do Estatuto da Criança e do Adolescente.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA I



A prescrição é reconhecida como a **perda do direito** de **buscar reparação** por um **dano causado**, devido à inatividade do titular desse direito durante o **prazo** estabelecido pela legislação

OS PRAZOS **PRESCRICIONAIS** SÃO **DETERMINADOS POR LEI** E **NÃO PODEM SER ALTERADOS PELA VONTADE DAS PARTES ENVOLVIDAS**, CONFORME PRECONIZA O ARTIGO 192 DO CÓDIGO CIVIL.



A prescrição, uma vez iniciada contra uma pessoa, **continua** a **transcorrer** mesmo após sua **morte**, em prejuízo de seus herdeiros ou sucessores, conforme estipulado no artigo 196 do Código Civil.

A prescrição implica na **perda da capacidade** de **exercer** uma **pretensão**, porém **não extingue o direito em si**.

- Nesse sentido, uma **dívida prescrita** permanece como uma **obrigação válida**, porém o **credor não tem mais o direito de exigir seu pagamento**, uma vez que a pretensão foi afetada pela prescrição.
- É importante ressaltar que a **prescrição** se aplica especificamente a **direitos subjetivos no sentido estrito**, onde há uma relação de **titularidade** entre uma **pessoa** e um **bem jurídico**.



Conforme previsto nos artigos 205 e 206 do Código Civil, a **prescrição** ocorre em **diferentes prazos**, dependendo das **circunstâncias,** vejamos:

PRAZOS PRESCRICIONAIS	**PREVISÃO - ARTS. 205 E 206, CC (EXCEÇÃO: ART. 1.003, CC)**	**ART. 205 - PRAZO COMUM**	**10 ANOS**
		ART. 206 - PRAZOS ESPECIFICOS	**DE 1 A 5 ANOS**

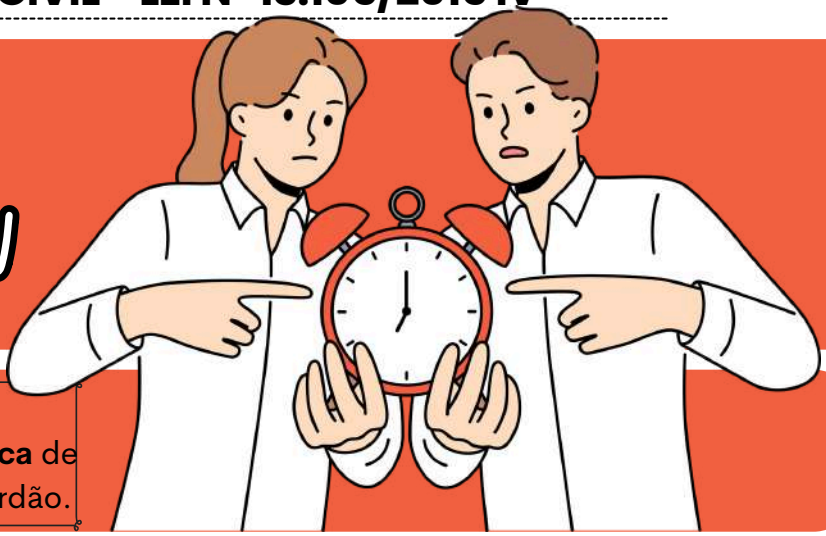
clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105/2015 IV

NORMAS PROCESSUAIS IV



Os juízes e os tribunais atenderão, **preferencialmente**, à **ordem cronológica** de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

O juiz deve seguir a **ordem cronológica como regra**, mas pode se afastar dela, desde que haja **justificativa prevista no próprio CPC**.

A lista de processos aptos a julgamento deverá estar **permanentemente** à disposição para **consulta pública.**

Existem **exceções** à **ordem cronológica**, como:



- Sentenças **homologatórias** (como acordos),
- Julgamento de **causas repetitivas** (quando vários processos tratam da mesma tese jurídica),
- **Embargos de declaração** e **agravos internos** (por serem julgamentos de menor complexidade),
- Casos com **preferência legal,** como processos que envolvem idosos ou portadores de doenças graves,
- E as **metas do CNJ** (como mutirões ou campanhas de aceleração de julgamento).

PODE JULGAR FORA DA ORDEM?

Sim, pode, mas só em **casos excepcionais**, e o juiz precisa **justificar** isso por escrito na decisão.

Ou seja, o juiz não pode simplesmente "pular a fila". Ele precisa explicar por que aquele processo precisa ser julgado antes dos outros. **Exemplos de situações justificáveis**: idoso, pessoa com doença grave, processos que envolvem crianças, etc.

A PARTE QUE SE SENTIR PREJUDICADA POR PRETERIÇÃO INDEVIDA DE SEU PROCESSO PODERÁ RECLAMAR, NOS TERMOS DO ART. 203, § 5º.

Essa regra não vale só para juízes de 1ª instância. Também se aplica aos **desembargadores** (2° grau) e aos **ministros** (STJ, STF, etc.). Ou seja, todos devem respeitar a **ordem de julgamento**, salvo **decisão justificada.**



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS VI



AMICUS CURIAE



O Art. 138 do Código de Processo Civil brasileiro trata da figura do amicus curiae, que em latim significa "**amigo da corte**". Essa figura é utilizada no processo judicial para **permitir a participação de terceiros que não são partes diretamente envolvidas na demanda**, mas que **possuem interesse** ou **conhecimento relevante** sobre a questão discutida.

São os **critérios** que **justificam** a **admissão** do **amicus curiae.**

- A solicitação pode partir do **próprio juiz** ou **relator**, das **partes envolvidas** no processo ou de **quem deseja manifestar-se**.
- A **pessoa** ou **entidade** que deseja participar como amicus curiae tem **15 dias** a partir da intimação para se manifestar.

§ 1°

- **INTERVENÇÃO NÃO ALTERA COMPETÊNCIA**: A PARTICIPAÇÃO DO AMICUS CURIAE **NÃO MUDA** QUAL **JUIZ** OU **TRIBUNAL** É RESPONSÁVEL PELO CASO.

NÃO AUTORIZA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS: EM GERAL, O AMICUS CURIAE NÃO PODE RECORRER DAS DECISÕES DO JUIZ, COM EXCEÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A SITUAÇÃO ESPECÍFICA MENCIONADA NO § 3º.



§ 2°

- **DEFINIÇÃO DOS PODERES PELO JUIZ OU RELATOR**: QUANDO O JUIZ OU RELATOR ADMITE A PARTICIPAÇÃO DO AMICUS CURIAE, ELE DEVE ESPECIFICAR QUAIS SERÃO OS **PODERES** E **LIMITAÇÕES** DESSE **PARTICIPANTE** NO PROCESSO.

§ 3°

- **RECURSO NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS:** O **AMICUS CURIAE PODE RECORRER DA DECISÃO** QUE JULGA O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR).

O IRDR É UM **MECANISMO PROCESSUAL** QUE VISA **RESOLVER QUESTÕES DE DIREITO** QUE SE **REPETEM** EM VÁRIOS PROCESSOS, UNIFORMIZANDO A INTERPRETAÇÃO DA LEI.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

FORMAS DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO III



HIPÓTESES DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO II

RESOLUÇÃO

a) **Dispensa por justa causa (falta cometida pelo empregado – art. 482 da CLT)**

Quando um **empregador demite um funcionário por um motivo grave**, caracteriza-se a justa causa. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) lista várias situações em que a justa causa se aplica, como roubo, insubordinação e violação de segredos da empresa.

COM A **DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA**, O FUNCIONÁRIO **PERDE ALGUNS DIREITOS**, MAS MANTÉM OUTROS.

DIREITOS MANTIDOS:

- Salário pendente
- Férias vencidas com adicional de 1/3 do valor

DIREITOS PERDIDOS:

- Aviso prévio
- Férias proporcionais e 1/3 das férias proporcionais
- 13º salário
- Seguro-desemprego
- Saque do FGTS
- Multa de 40% sobre o FGTS

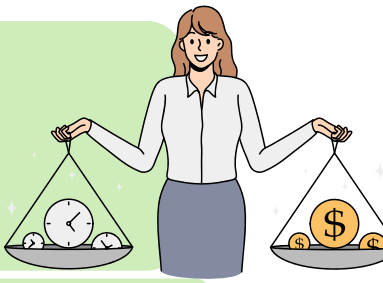


b) **Rescisão indireta (falta cometida pelo empregador – art. 483 da CLT)**

Refere-se à **decisão voluntária do colaborador de sair do emprego** devido a sérias falhas da empresa, sendo uma espécie de justa causa em que a empresa é "**demitida**". Práticas que justificam essa rescisão incluem sobrecarga de trabalho, horários excessivos, violações trabalhistas e assédio aos funcionários.

DIREITOS MANTIDOS:

- Salário pendente
- Aviso prévio
- Férias proporcionais e 1/3 das férias proporcionais
- 13º proporcional
- Saque do FGTS
- 40% de multa rescisória sobre o valor do FGTS
- Acesso ao seguro-desemprego



O EMPREGADO PODE **SOLICITAR A RESCISÃO INDIRETA** COM BASE NOS MOTIVOS DESCRITOS NO **ART. 483 DA CLT**.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

REMUNERAÇÃO E SALÁRIO VI

ADICIONAIS SALARIAIS

ADICIONAL
PERICULOSIDADE



O adicional de periculosidade é uma compensação fornecida aos trabalhadores que enfrentam **riscos iminentes** que poderiam ameaçar sua integridade física ou vida, quando a **exposição** ao **risco** é **permanente** ou **intermitente**.

Esse adicional equivale a pelo menos **30% do salário base do trabalhador**, não leva em conta outros acréscimos, o adicional é estabelecido pelas normas da CLT e pela NR 16.

Para que uma **atividade** seja considerada **perigosa** e dê **direito ao adicional** de **periculosidade**, ela deve envolver a **exposição** a:



- inflamáveis;
- explosivos;
- energia elétrica;
- uso de motocicleta;
- roubos;
- violência física decorrente do exercício de segurança pessoal ou patrimonial.
- radiação ionizantes ou substâncias radioativas (art. 200, CLT e OJ nº 345 da SDI-I do TST)



- A **atividade perigosa** é **comprovada mediante perícia** (art. 195 da CLT). Somente nos casos em que o adicional já vem sendo pago, pelo empregador, torna-se incontroverso que o trabalho é realizado em condições perigosas. Dessa forma, **dispensa-se a produção de perícia**. (Súmula 453, TST.)
- O empregado poderá optar pelo **adicional de insalubridade** que porventura lhe seja devido.
- O trabalhador que presta serviço no **período noturno** e em atividades **perigosas** terá direto de **cumular os 2 adicionais**, noturno e periculosidade.



Súmula 191 do STF: O adicional de periculosidade **incide apenas sobre o salário básico** e não sobre este acrescido de outros adicionais.

IMPORTANTE! O ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA **POSSUI NATUREZA SALARIAL**, REFLETINDO AS DEMAIS VERBAS TRABALHISTAS, **EXCETO** NO **DSR**.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – DECRETO-LEI Nº 5.452/1943

JUSTIÇA DO TRABALHO



Os conflitos entre **empregadores** e **empregados**, bem como entre **trabalhadores avulsos** e seus **contratantes**, em **atividades regidas pela legislação trabalhista**, serão resolvidos pela **Justiça do Trabalho**, conforme as diretrizes estabelecidas no Título e nas normas do processo trabalhista.

O serviço da Justiça do Trabalho é semelhante a um convite que **não** pode ser **recusado**: é de extrema **importância** e **obrigatoriedade**.

- Nenhum indivíduo pode se **isentar**, exceto em **situações** que **justifiquem** uma **justificativa** tão convincente que até mesmo o juiz se emocionaria.
- Os **órgãos da Justiça do Trabalho** operarão de maneira coordenada, em **regime de colaboração mútua**, sob a liderança do presidente do Tribunal Superior do Trabalho.





AS QUESTÕES SOBRE **PREVIDÊNCIA SOCIAL** VÃO PARA OS ESPECIALISTAS DO CAPÍTULO V DESTE TÍTULO E A LEGISLAÇÃO DE SEGURO SOCIAL.



JÁ OS **ACIDENTES DE TRABALHO** SÃO TRATADOS PELA **JUSTIÇA COMUM**, CONFORME O DECRETO N. 24.637, DE 10 DE JULHO DE 1934



A **JUSTIÇA DO TRABALHO** TAMBÉM É O PALCO ONDE SE DESENROLAM AS AÇÕES ENTRE TRABALHADORES PORTUÁRIOS E OS OPERADORES PORTUÁRIOS OU O OGMO, FRUTO DA RELAÇÃO DE TRABALHO.

Os protagonistas da Justiça do Trabalho são:

o **Tribunal Superior do Trabalho**;
os **Tribunais Regionais do Trabalho**;
as **Juntas de Conciliação** e **Julgamento** ou os **Juízos de Direito**.

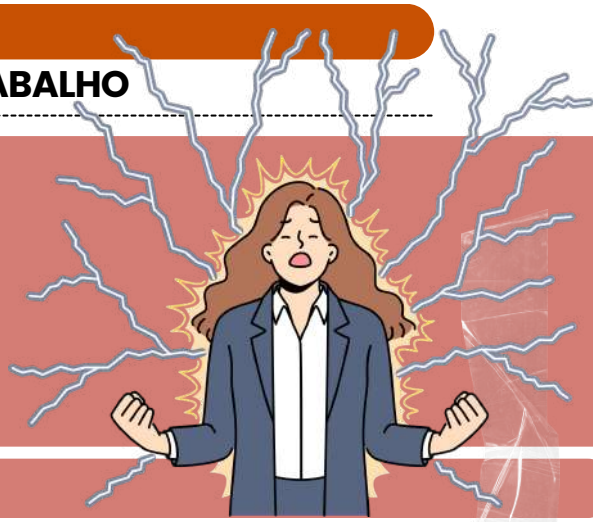


clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO

DAS PROVAS II



As testemunhas devem aparecer na audiência, **sem precisar de convite**, mas se não forem, vão receber uma **intimação** que pode até ter um toque coercitivo, sem desculpas!



SE A TESTEMUNHA FOR **FUNCIONÁRIO**, O **CHEFE** TERÁ QUE **LIBERAR** O FUNCIONÁRIO PARA DEPOR NA HORA MARCADA.



O JUIZ VAI GARANTIR QUE UMA **TESTEMUNHA NÃO OUÇA O DEPOIMENTO DA OUTRA**, PORQUE AQUI NINGUÉM PODE FAZER COLINHA!

Cada parte pode trazer seu **próprio expert** ou **técnico**.

O juiz pode **interrogar** os **peritos** e vai carimbar o **laudo** deles para o processo.

- Antes de dar seu depoimento, cada testemunha vai passar por uma **mini-entrevista:** nome, nacionalidade, profissão, idade, endereço e, se trabalhar, há quanto tempo. Se mentir, vai dançar com a lei!
- O secretário vai **resumir os depoimentos**, e o resumo precisa ser assinado pelo presidente do tribunal e pelos depoentes.



TESTEMUNHAS QUE FOREM **PARENTES** ATÉ O **TERCEIRO GRAU**, AMIGOS ÍNTIMOS OU INIMIGOS NÃO VÃO FAZER COMPROMISSO, E SUAS FALAS VÃO VALER SÓ COMO UMA **FOFOCA**



E SE ALGUÉM TROUXER UMA **CÓPIA** DE UM **DOCUMENTO** COMO PROVA, O ADVOGADO PODE DIZER QUE É **AUTÊNTICA**, SOB SUA **RESPONSABILIDADE**.

Se alguém duvidar da autenticidade, quem apresentou terá que mostrar **cópias autenticadas** ou o **original**, e o serventuário vai checar tudo para garantir que tá tudo certo!

CHEGAMOS AO FIM



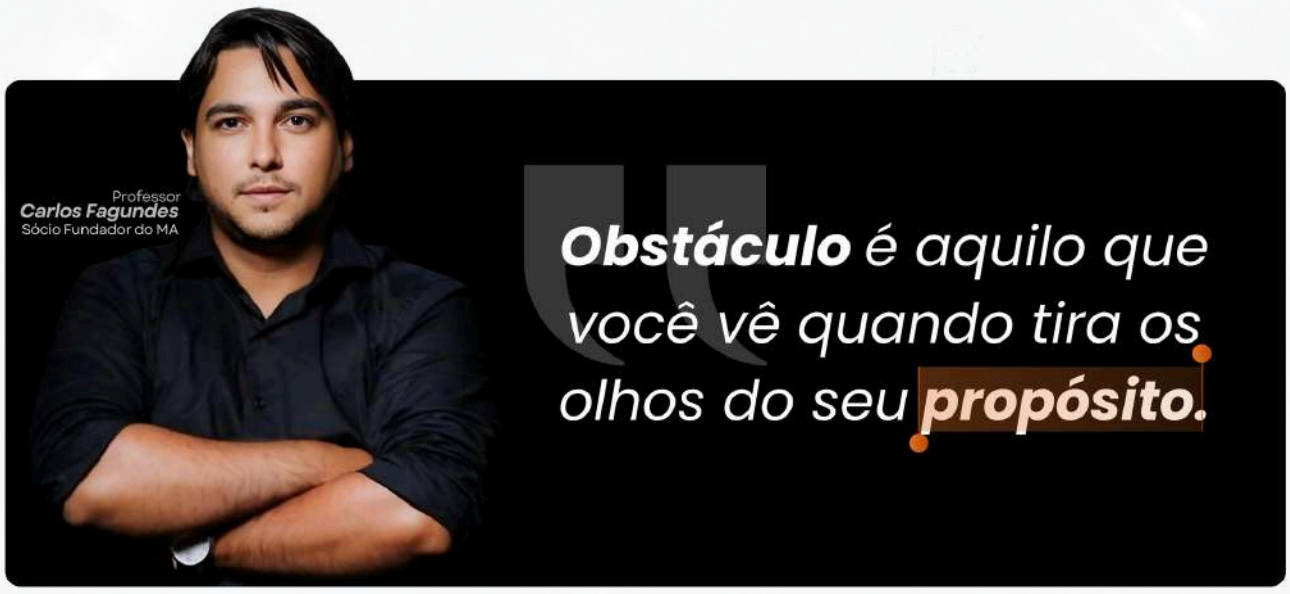
Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso do **TRT 4ª região!**
Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação**.

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.aí**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

→ clique aqui para conhecer o material completo



→ Acesse nosso Instagram